MUNICÍPIO DE REGUENGOS DE MONSARAZ

Câmara Municipal

Reunião Ordinária realizada dia 7 de agosto de 2026

Ata N.º 17

----- Presidiu esta reunião a Senhora Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- Encontravam-se, ainda, presentes os seguintes membros: o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Cardoso Grilo, a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena e a Senhora Vereadora Dina Bela Chá Marques Simão. ----------

----- Não compareceu, o Senhor Vereador Jorge Miguel Martins Berjano Nunes. ----------

----- Secretariou a reunião a Senhora Maria Manuela Freire Martelo. ----------

----- No Salão Nobre dos Paços do Município de Reguengos de Monsaraz, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, declarou aberta a reunião: Eram 10.00 horas. ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Justificação de Faltas

----- Usou da palavra a Senhora Presidente, Marta Prates, para dar conhecimento da comunicação recebida, por escrito, do Senhor Vereador Jorge Miguel Martins Berjano Nunes, da bancada do Partido Socialista, através da qual informou que, por motivos profissionais, não poderia estar presente na reunião da presente data, bem como, na reunião ordinária agendada para o dia 21 de agosto de 2026, por se encontrar em período de férias. ----------

----- Atento o fundamento e as justificações acima prolatadas, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, considerar devidamente justificadas as referidas faltas. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Atendimento ao Munícipe

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, começou por cumprimentar todos os presentes, bem como, quem assiste à reunião via streaming ou através da Rádio Voz de Reguengos. De seguida, a Senhora Presidente começou por informar os munícipes de que, nas duas últimas terças-feiras, não realizou o habitual atendimento ao munícipe, tendo sido substituída por elementos do seu Gabinete. Esclareceu que, na primeira dessas ocasiões, a ausência se deveu a motivos de saúde e que, na terça-feira anterior à presente reunião, se deslocou ao Hospital de Évora para participar numa reunião de trabalho com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, destinada à análise de assuntos relacionados com o Concelho, sobre os quais prestaria informação no decurso da reunião. Considerou, assim, justificadas as duas ausências verificadas nas referidas manhãs de terça-feira. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Reunião na CCDR Alentejo - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou que, no dia 3 de agosto de 2026, o Município de Reguengos de Monsaraz participou numa reunião na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), conjuntamente com outros municípios do Alentejo Central, designadamente, Alandroal, Borba, Estremoz, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel e Vila Viçosa, municípios que têm vindo a desenvolver uma estratégia conjunta em torno da valorização dos territórios associados ao mármore e ao Alqueva. ----------

----- Explicou que a reunião teve como objetivo dar continuidade ao trabalho desenvolvido por estes municípios relativamente à criação de uma grande área de acolhimento empresarial, anunciada pelo Governo para o interior do Alentejo, defendendo-se a sua instalação numa localização com forte potencial logístico e intermodal. ----------

----- Nesse âmbito, recordou que os sete municípios têm vindo, há já algum tempo, a desenvolver esforços para a instalação de um terminal de carga e descarga, associado a uma zona logística, junto da localização da Estação Técnica n.º 2, entre Alandroal e Vila Viçosa, integrada na nova linha ferroviária do Corredor Internacional Sul, que estabelece a ligação entre Sines e Caia. ----------

----- A Senhora Presidente salientou que esta localização é defendida pelos municípios como solução adequada para a instalação da área de acolhimento empresarial, destinada à atração de grandes empresas nacionais e internacionais, tendo sido esta área anunciada pelo Governo, na semana anterior, como uma das seis áreas desta natureza a criar em todo o território nacional.----------

----- Informou ainda que, na reunião solicitada de imediato à CCDR Alentejo, os municípios apresentaram ao respetivo Presidente, Ricardo Pinheiro, e à sua equipa, os principais argumentos que, no seu entendimento, sustentam esta opção junto do Governo. Entre esses argumentos destacou os estudos já realizados pelos sete municípios, em parceria com a Infraestruturas de Portugal, relativos à criação do terminal de carga e descarga, os quais demonstram a viabilidade técnica, económica e financeira do desenvolvimento desta solução, conferindo uma significativa maturidade à iniciativa.

----- Acrescentou que a localização proposta apresenta uma ligação direta à ferrovia e uma proximidade relevante à autoestrada A6, através de vários pontos de acesso, o que lhe confere importantes características de intermodalidade. Referiu igualmente que se trata de uma zona sem especiais condicionantes, com possibilidade de expansão para terrenos que já perderam o seu coberto vegetal original e que dispõe de boas infraestruturas elétricas, entretanto reforçadas no âmbito da obra da ferrovia. ----------

----- A Senhora Presidente considerou ainda que este investimento poderá constituir um projeto-âncora para a redinamização de toda a indústria do mármore, que necessita de um novo impulso, contribuindo simultaneamente para a redução das emissões de carbono na região e para a diminuição dos passivos ambientais acumulados pelas atividades desenvolvidas neste setor. ----------

----- Sublinhou que os municípios envolvidos representam atualmente duas comunidades intermunicipais e manifestaram a expectativa de que outros municípios se possam associar a este propósito. Defendeu que esta iniciativa demonstra que os grandes investimentos não têm necessariamente de ser direcionados para os locais mais óbvios, sendo esta uma oportunidade para concretizar os objetivos de coesão territorial e permitir que sub-regiões mais periféricas possam beneficiar do seu potencial de desenvolvimento. ----------

----- Considerou, assim, que a reunião realizada na CCDR Alentejo revestiu-se de particular importância para o desenvolvimento da região e poderá igualmente beneficiar o concelho de Reguengos de Monsaraz, designadamente através da criação de uma solução intermodal que permita articular o transporte ferroviário com o transporte rodoviário, contribuindo para o escoamento dos produtos produzidos no território. ----------

----- Recordou, a este propósito, que o Município de Reguengos de Monsaraz participou nos estudos realizados, os quais evidenciam a relevância desta solução para o Concelho. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Reunião com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou que havia participado numa reunião com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, esclarecendo, para melhor compreensão da designação, que esta entidade integra e coordena atualmente os equipamentos e a organização dos serviços de saúde do Alentejo Central, incluindo o antigo Hospital de Évora. ----------

----- Referiu que o principal tema da reunião foi a proposta de abertura, em Reguengos de Monsaraz, de um Serviço de Atendimento Permanente 24 horas, dando nota aos membros eleitos e aos munícipes de que o Município já dispõe, por parte da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, de um estudo relativo à proposta de implementação deste serviço.

----- A Senhora Presidente salientou que o estudo contempla diversas componentes e considerou particularmente relevantes as respetivas conclusões, que passou a sintetizar, e procedeu à leitura das considerações finais, que ora se transcrevem: ----------

"Implementação de um Serviço de Atendimento Permanente 24 horas

De acordo com a conclusão do estudo, a implementação de um Serviço de Atendimento Permanente em Reguengos de Monsaraz constitui uma resposta estruturante às necessidades existenciais identificadas no território, enquadrante nos princípios da proximidade, equidade e acessibilidade que orientam o Serviço Nacional de Saúde.

A análise desenvolvida ao longo do documento, evidencia que o atual modelo de resposta assistencial apresenta limitações relevantes num território caracterizado por baixa densidade populacional, dispersão geográfica, envelhecimento demográfico e distâncias significativas aos serviços hospitalares diferenciados.

A ausência de uma resposta permanente de proximidade contribui para o recurso excessivo ao Serviço de Urgência Polivalente do Hospital do Espírito Santo de Évora e para a utilização frequente de meios de emergência pré-

hospitalar em situações de menor complexidade clínica. Neste contexto, o Serviço de Atendimento Permanente 24 horas em Reguengos de Monsaraz surge como uma solução intermédia essencial, capaz de assegurar resposta atempada a situações agudas não programadas, reduzir deslocações evitáveis, melhorar os tempos de acesso aos cuidados de saúde e reforçar a segurança assistencial das populações abrangidas.

Os dados analisados demonstram, igualmente, que uma parte significativa da procura atualmente dirigida ao Serviço de Urgência Polivalente do Hospital do Espírito Santo de Évora e aos meios de emergência, designadamente à VMER e ao INEM, poderá ser absolvida por uma resposta local estruturada, permitindo: - Reduzir episódios de urgência inadequada;

- Diminuir a pressão sobre o serviço de urgência polivalente do Hospital do Espírito Santo de Évora;

- Otimizar a utilização da VMER e dos meios do INEM;

- Libertar recursos diferenciados para situações verdadeiramente emergentes; e,

- Melhorar a eficiência global da rede existencial dos cuidados de saúde primários.

Acresce ainda que, a existência de instalações adequadas, bem como, a possibilidade de adaptação funcional dos espaços existentes demonstra a viabilidade operacional da implementação do serviço sem necessidade de investimentos estruturais de elevada dimensão.

Importa ainda salientar que, o investimento associado aos recursos humanos, equipamentos e farmacoterapia deverá ser entendido numa perspetiva de ganho sistémico e não apenas de despesa imediata, atendendo ao potencial de redução de custos indiretos relacionados com transportes, referenciações hospitalares evitáveis, utilização inadequada de meios de emergência e episódios de urgência de baixa complexidade.

A criação de um Serviço de Atendimento Permanente 24 horas em Reguengos de Monsaraz representa assim, uma oportunidade concreta para reforçar a articulação entre cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e emergência pré-hospitalar, promovendo um modelo assistencial mais integrado, eficiente e centrado nas necessidades reais da população.

Assim, e face ao exposto, considera-se que estão reunidas as condições técnicas, assistenciais e organizacionais que justificam a implementação deste serviço enquanto medida estratégica de reforço da resposta de proximidade da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, contribuindo para uma maior coesão territorial, melhoria do acesso aos cuidados de saúde e sustentabilidade do sistema."

----- Neste contexto, a Senhora Presidente, Marta Prates, salientou que o trabalho desenvolvido até ao momento se encontra refletido nas conclusões do estudo elaborado pela entidade responsável pela coordenação da saúde no Alentejo Central, estando expressamente reconhecida a existência das condições técnicas, assistenciais e organizacionais necessárias à implementação do Serviço de Atendimento Permanente em Reguengos de Monsaraz. ----------

----- A Senhora Presidente informou ainda que, a reunião realizada com a Unidade Local de Saúde do Alentejo Central constituiu uma reunião de trabalho e de discussão da proposta, estando prevista, para as semanas seguintes, uma nova reunião de caráter mais operacional. Manifestou a convicção de que o processo se encontra a avançar de forma muito positiva e que estão reunidas condições para que o Serviço de Atendimento Permanente em Reguengos de Monsaraz

possa ser uma realidade num futuro próximo. ----------

----- Por parte do Município de Reguengos de Monsaraz, considerou estar realizado o trabalho necessário até à presente fase, salientando igualmente o trabalho desenvolvido pela Unidade Local de Saúde do Alentejo Central e pelo respetivo Conselho de Administração, a quem agradeceu a colaboração e o trabalho realizado.----------

----- A Senhora Presidente concluiu, reiterando que o Município continuará empenhado no desenvolvimento deste processo, considerando que se trata de uma notícia muito positiva para a população de Reguengos de Monsaraz e para o Concelho em geral. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Comunicado sobre a não instalação de uma central fotovoltaica flutuante

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, deu ainda conhecimento de uma notícia divulgada no próprio dia, que considerou de grande importância para o Concelho, salientando que o Município de Reguengos de Monsaraz esteve envolvido neste processo desde a primeira fase. ----------

----- Recordou que o Município participou, desde o início, em reuniões com a Associação Transfronteiriça do Lago Alqueva (ATLA), entidade que integra os municípios abrangidos pelo regolfo do Lago Alqueva, bem como, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo), no âmbito do projeto de instalação de uma grande central fotovoltaica flutuante prevista para o Lago Alqueva. ----------

----- A Senhora Presidente referiu que o Município de Reguengos de Monsaraz, conjuntamente com os restantes municípios envolvidos, manifestou desde o primeiro momento uma posição claramente contrária à concretização deste projeto, tendo transmitido essa posição junto da EDP, ao Governo, à CCDR Alentejo e às demais entidades competentes.

----- Esclareceu que o projeto previa a instalação de uma área de aproximadamente 80 hectares de painéis solares sobre a superfície da água, considerando que uma intervenção desta dimensão poderia provocar impactos muito significativos em diversas áreas, nomeadamente ao nível ambiental, paisagístico e turístico. ----------

----- Nesse contexto, informou que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) acabou por emitir uma decisão desfavorável relativamente ao estudo de impacto ambiental do projeto, tendo a EDP, posteriormente, recuado na intenção de concretizar a referida instalação. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, recordou ainda que, no dia 24 de novembro de 2025, se realizou uma reunião entre os Municípios de Reguengos de Monsaraz, Portel, Moura, Alandroal e Mourão e a Senhora Ministra do Ambiente e Energia, na qual esteve presente o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- A este propósito, referiu as declarações então prestadas pelo Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, à comunicação social, nas quais havia alertado para os impactos que a eventual instalação de uma central fotovoltaica flutuante com cerca de 80 hectares poderia provocar no turismo e na utilização da albufeira, nomeadamente, junto dos visitantes que procuram o Lago Alqueva para a prática de desportos náuticos e para passeios de barco. ----------

----- Mais salientou que, a instalação de uma estrutura desta dimensão implicaria a interdição de determinadas zonas à navegação e produziria um impacto visual muito significativo. Segundo as declarações então proferidas pelo Senhor Vice-Presidente, a concretização do projeto poderia comprometer a imagem distintiva do Lago Alqueva, assente na tranquilidade da sua paisagem e na fruição plena da albufeira, criando, através da instalação de estruturas flutuantes de grandes dimensões, uma imagem de caráter industrial incompatível com a estratégia de promoção turística desenvolvida pelos municípios ao longo das últimas décadas. ----------

----- A Senhora Presidente referiu também que havia sido defendido pelo Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, que o projeto solar fotovoltaico poderia afastar futuros investimentos turísticos e colocar em risco investimentos públicos e privados já realizados com vista à qualificação da oferta turística existente no território. Acrescentou que diversos empresários do setor haviam manifestado preocupação relativamente à possibilidade de redução do número de visitantes e de cancelamento de atividades recreativas. ----------

----- Neste âmbito, a Senhora Presidente dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente, questionando-o sobre se se recordava de ter proferido aquelas declarações na sequência da reunião realizada com a Senhora Ministra do Ambiente e Energia, em 24 de novembro de 2025, e na conferência de imprensa então realizada na CCDR Alentejo. ----------

----- Por fim, a Presidente destacou a decisão entretanto conhecida como uma notícia muito positiva para o Lago Alqueva, para a preservação ambiental, para o setor do turismo e para os investimentos realizados e previstos na região. Considerou que esta decisão assume particular relevância para o desenvolvimento do concelho de Reguengos de Monsaraz, sem prejuízo dos benefícios que poderá igualmente representar para os municípios vizinhos. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Ação Social

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, deu conhecimento do relatório relativo à atividade do Gabinete de Ação Social, apresentando, como habitualmente, um ponto de situação sobre as principais medidas e projetos em curso. ----------

----- No âmbito do Cartão Social do Munícipe, informou que se encontram atualmente válidos 190 cartões e que existem 27 pessoas integradas na Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres, distribuídas por diversos serviços municipais. Referiu ainda que, durante o ano de 2026, foram efetuadas 38 integrações, encontrando-se uma nova proposta de integração submetida à presente reunião de Câmara de 7 de agosto de 2026. Informou, também, que se encontrava em apreciação uma ratificação relativa a uma integração já contabilizada nas 38 anteriormente referidas. ---

----- Relativamente ao projeto CLDS 5G – "Construir o Futuro", a Senhora Presidente destacou o trabalho desenvolvido pela respetiva equipa, referindo que as atividades previstas no plano de ação se encontram a ser executadas em articulação com diversas entidades. ----------

----- No período compreendido entre a última reunião de Câmara e a presente data, foram desenvolvidas várias atividades, tendo a Senhora Presidente destacado, em particular, as seguintes; no âmbito da Atividade 11 – "Todos Iguais", foram

promovidas diversas iniciativas, designadamente “Três em Um”, “Passaporte da Aventura” e “Cinema com Pipocas”, dirigidas às crianças que frequentam as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF). Estas iniciativas tiveram como principal objetivo proporcionar experiências lúdico-pedagógicas diversificadas, promovendo o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e cognitivas das crianças. ----------

----- No âmbito da Atividade 18, "Miúdos Fora da Caixa", foi realizada uma visita aos Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz, dirigida às crianças que frequentam o projeto “Verão” e às crianças da União das Freguesias de Campo e Campinho. A iniciativa permitiu dar a conhecer às crianças a missão desenvolvida pelos Bombeiros Voluntários, bem como, sensibilizá-las para o importante papel desempenhado por esta entidade na proteção e segurança da comunidade.

----- A Senhora Presidente salientou que o projeto CLDS 5G tem vindo, deste modo, a desenvolver igualmente ações dirigidas às crianças das freguesias do Concelho, promovendo a sua participação em atividades de caráter educativo, social e recreativo. ----------

----- Foram ainda dinamizadas atividades com o grupo do programa “Mais Verão - Férias em Cheio”, nomeadamente, uma aula de danças urbanas e uma sessão de yoga “Brinca e Respira”, integradas na Atividade 11 – “Todos Iguais”. Estas iniciativas tiveram como objetivos promover o bem-estar, a expressão corporal, a criatividade e a adoção de estilos de vida saudáveis por parte das crianças e jovens participantes. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Apresentação da Exporeg 2026

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, apresentou, em termos gerais, a edição de 2026 da Exporeg, a realizar entre os dias 13 e 16 de agosto de 2026, destacando a importância desta iniciativa no calendário do Concelho. ----------

----- Referiu que a Exporeg constitui um evento com história e tradição profundamente enraizadas no território, mas que se pretende que seja, simultaneamente, uma mostra da realidade atual do Concelho e uma afirmação daquilo que se pretende construir para o futuro. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou que a 32.ª Exposição de Atividades Económicas de Reguengos de Monsaraz voltará a reunir, no mesmo espaço, empresas, produtores, o setor agropecuário, o movimento associativo, a cultura, o turismo, o desporto equestre e a animação, salientando que é precisamente esta diversidade que confere identidade à Exporeg e faz desta iniciativa muito mais do que um programa de espetáculos. ----------

----- Relativamente à edição de 2026, destacou que o grande tema será "*O futuro do turismo no Concelho: criar valor, fixar pessoas e projetar o território*". Explicou que a escolha deste tema resulta da importância que o turismo assume atualmente no desenvolvimento do Concelho, pretendendo-se, contudo, promover uma reflexão que ultrapasse a mera contabilização do número de visitantes. ----------

----- Nesse sentido, salientou que se pretende um modelo turístico capaz de criar oportunidades para as empresas locais, valorizar os produtos do território, gerar emprego qualificado, contribuir para a fixação de jovens e população e,

simultaneamente, respeitar a identidade e a autenticidade de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- A Senhora Presidente destacou as condições e os recursos excecionais de que o Concelho dispõe, nomeadamente, o património, o vinho, a paisagem, o Lago Alqueva, o Dark Sky, a olaria, a Estação Náutica, a cultura, a gastronomia e a hospitalidade da população. Considerou que o principal desafio consiste em transformar este conjunto de recursos em experiências integradas, promovendo uma maior permanência dos visitantes no território e gerando maior valor para as pessoas que nele vivem e trabalham. ----------

----- Com esse objetivo, informou que a edição deste ano introduzirá um novo espaço de reflexão e debate no âmbito da própria Exporeg. As conferências decorrerão no Pavilhão de Exposições e procurarão reunir decisores, especialistas, agentes económicos e representantes do território para debater temas relacionados com políticas públicas, investimento, qualificação profissional, emprego e as diversas dimensões que integram o destino turístico do Concelho. ----------

----- A Senhora Presidente informou que a Senhora Vereadora Dina Simão apresentaria posteriormente, com maior detalhe, o ciclo de conferências, bem como, a programação cultural e musical da Exporeg, no âmbito do período antes da ordem do dia. ----------

----- Salientou, igualmente, que a Exporeg continuará a constituir uma importante montra da atividade económica do Concelho e da região, considerando essencial a presença das empresas e dos expositores, enquanto agentes que diariamente investem, criam emprego e contribuem para a dinamização da economia local. ----------

----- Referiu ainda que o setor agropecuário e a componente equestre continuarão a assumir um lugar de destaque na programação, em respeito por uma tradição profundamente ligada à identidade do Concelho. Informou que o Senhor Vice-Presidente, responsável pelas áreas do desporto e da economia, prestaria posteriormente informação mais detalhada sobre estas componentes da Exporeg. ----------

----- A Senhora Presidente indicou que a abertura oficial da 32.ª Exporeg terá lugar no dia 13 de agosto de 2026, pelas 18.30 horas, seguindo-se a visita institucional às exposições de atividades económicas e de pecuária. ----------

----- Acrescentou que, ao longo dos quatro dias do evento, seria disponibilizada uma programação diversificada, dirigida a diferentes públicos e procurando conciliar reflexão, promoção económica, tradição, cultura e convívio. ----------

----- A Senhora Presidente aproveitou ainda para deixar, antecipadamente, uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores do Município envolvidos na organização e preparação do evento, salientando o esforço acrescido que a montagem e realização da Exporeg representam, particularmente perante as elevadas temperaturas que se têm verificado e e que se prevê que continuem a ocorrer. ----------

----- Estendeu esse reconhecimento às entidades, associações, empresas, expositores, produtores e parceiros envolvidos na preparação da edição de 2026, destacando que uma iniciativa desta dimensão exige um elevado nível de trabalho e coordenação, sendo uma parte significativa desse esforço desenvolvida longe dos olhos do público. ----------

----- Concluiu que a Exporeg 2026 será um evento profundamente enraizado na identidade e nas tradições do Concelho, mas simultaneamente orientado para o futuro, constituindo um espaço para mostrar o trabalho desenvolvido no território,

valorizar quem nele trabalha, promover uma reflexão coletiva sobre o seu futuro e acolher todos aqueles que o visitam. ----- Para finalizar, deixou um convite a toda a população para participar na Exporeg 2026, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2026, sublinhando que se trata de um evento de todo o Concelho e manifestando a expectativa de que constitua mais um importante momento de afirmação de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- A Senhora Presidente informou ainda que, relativamente à metodologia dos trabalhos, pretendia manter o tema da Exporeg em discussão, dando primeiro a palavra aos responsáveis pelas diferentes áreas relacionadas com o evento e deixando os restantes assuntos do período antes da ordem do dia para momento posterior. ----------

----- Questionou a bancada do Partido Socialista sobre a sua eventual oposição a esta metodologia, não tendo sido registada, neste excerto, qualquer oposição. ----------

----- De seguida, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, para que apresentasse aos membros da Câmara Municipal e à população, informação sobre as iniciativas relacionadas com as áreas do desporto e da economia no âmbito da Exporeg 2026. ----------

----- Informou igualmente que, posteriormente, a Senhora Vereadora Dina Simão apresentaria o ciclo de conferências subordinado ao tema da presente edição da Exporeg, incluindo a proposta de elaboração de uma carta de compromisso resultante das conclusões e trabalhos desenvolvidos no âmbito dessas conferências. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Componente desportiva e empresarial da Exporeg 2026

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, agradecendo e cumprimentando todos. De seguida, e na sequência do solicitado pela Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente prestou informação relativamente à componente desportiva da Exporeg 2026, destacando a programação equestre prevista para os quatro dias do evento.

----- Informou que, nos dias 13 e 14 de agosto, decorrerá a Competição de Dressage Regional, com provas durante o período da manhã e da tarde. Nos dias 15 e 16 de agosto, terá lugar a Competição de Saltos Nacional C de Open de Obstáculos, mantendo-se, assim, uma componente equestre que constitui já uma tradição da Exporeg. ----------

----- Referiu que se prevê a participação de cerca de 80 cavaleiros, o que permitirá assegurar uma competição de significativa dimensão e atrair ao Concelho um número considerável de participantes e acompanhantes. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente destacou ainda a realização da Gala Equestre, agendada para o dia 13 de agosto, pelas 21.30 horas, no Centro Hípico de Reguengos de Monsaraz, integrada no programa de abertura da Exporeg. ----------

----- Salientou o caráter particularmente relevante desta iniciativa, organizada localmente, dirigindo um agradecimento à responsável pela sua organização, Marta Belo, e a toda a respetiva equipa, bem como, ao Centro Hípico de Reguengos de Monsaraz, pelo apoio prestado à realização do evento. ----------

----- Referiu igualmente que a Gala Equestre envolve diversas comunidades locais e várias associações, considerando esse envolvimento um aspeto particularmente positivo e importante para a realização da iniciativa. Manifestou a

expectativa de que, à semelhança de anos anteriores, a Gala Equestre decorra com sucesso e constitua um espetáculo de qualidade para o público, reiterando o convite para a sua participação no dia 13 de agosto, pelas 21.30 horas, no Centro Hípico de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- Relativamente à componente empresarial da Exporeg, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, destacou a participação, como habitualmente, de um número significativo de empresários e empresas do Concelho e da região, agradecendo a todos os empresários que fazem questão de marcar presença anualmente na exposição. ----------

----- Referiu que o Município tem procurado assegurar espaço para todos os interessados em participar, reconhecendo que a organização e a distribuição dos espaços expositivos constituem um desafio crescente. Salientou, contudo, que, até ao momento, tem sido possível acolher os participantes e manifestou o compromisso de continuar a procurar soluções e a inovar na organização da feira, de modo a garantir a presença dos agentes económicos. ----------

----- No que respeita à dinâmica empresarial, destacou que a edição de 2026 terá como tema central o turismo, prevendo-se uma articulação entre as empresas do setor turístico e a programação da Exporeg, nomeadamente, através do ciclo de conferências anunciado pela Senhora Presidente e será pormenorizado pela Senhora Vereadora Dina Simão. --------

----- Neste âmbito, apelou à participação das empresas, em particular das empresas ligadas ao setor turístico do Concelho, incentivando-as a participar nas conferências, não apenas enquanto espetadoras, mas também enquanto intervenientes na discussão e partilha de opiniões. Sublinhou que as conferências constituirão um espaço aberto à participação e ao contributo dos agentes económicos, considerando que todas as opiniões serão relevantes para a reflexão sobre o futuro do turismo no Concelho. ----------

----- Concluiu a sua intervenção salientando a importância do envolvimento do tecido empresarial na Exporeg e referindo que as conferências previstas permitirão abordar, designadamente, a temática do turismo empresarial no concelho de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Ciclo de Conferências e programação cultural da Exporeg 2026

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, e salientou que, à semelhança dos anos anteriores, a Exporeg apresentava uma elevada procura e contava, previsivelmente, com uma participação muito significativa. ----------

----- De seguida, deu a palavra à Senhora Vereadora Dina Simão para apresentar a programação relativa às conferências e à componente cultural da Exporeg 2026. ----------

----- A Senhora Vereadora Dina Simão começou por cumprimentar todos os presentes e, relativamente ao ciclo de conferências, informou que seriam realizadas duas conferências, nos dias 14 e 15 de agosto de 2026, ambas pelas 18.00 horas, no próprio pavilhão de exposições da Exporeg. Explicou que a opção por realizar as conferências no espaço da exposição tinha como objetivo aproximar esta componente de reflexão do público e facilitar o acesso dos visitantes e

participantes. ----------

----- Referiu que as duas conferências teriam conteúdos distintos. A primeira Conferência, agendada para o dia 14 de agosto, seria subordinada ao tema "O Futuro do Turismo nos Territórios de Baixa Densidade", assumindo uma perspetiva mais abrangente e abordando questões relacionadas com visões estratégicas, políticas públicas, investimento e desenvolvimento territorial. ----------

----- A Conferência do dia 15 de agosto teria como título "Reguengos de Monsaraz: um Destino, Múltiplas Experiências" e contaria com a participação de diversos agentes turísticos do Concelho. ----------

----- A Senhora Vereadora Dina Simão explicou que estes intervenientes contribuiriam para dar a conhecer as respetivas atividades e, simultaneamente, para evidenciar a importância do desenvolvimento turístico para o Concelho. ----------

----- Salientou ainda que, era intenção do Município que o trabalho desenvolvido no âmbito destas conferências tivesse continuidade para além da própria Exporeg, eventualmente através de outros formatos. Nesse sentido, informou que se pretendia que das conferências resultassem conclusões que pudessem ser consubstanciadas numa "Carta de Compromisso" para o setor do turismo. ----------

----- Explicou que esta "Carta de Compromisso" constituiria um instrumento resultante da reflexão e dos contributos recolhidos durante as conferências, traduzindo um compromisso relativamente ao desenvolvimento do setor turístico no Concelho, considerado, atualmente, um dos setores de maior relevância para a economia e para o desenvolvimento de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- No que respeita à programação cultural e aos espetáculos, a Senhora Vereadora Dina Simão recordou a realização da Gala Equestre no dia 13 de agosto e informou que, nessa mesma noite, teria lugar um concerto de Nuno Ribeiro, pelas 23.00 horas, seguindo-se a atuação do DJ Sunlize. ----------

----- Relativamente ao dia 14 de agosto, referiu ainda a realização dos tradicionais batismos a cavalo, mantendo-se uma iniciativa que tem vindo a integrar a programação da Exporeg nos últimos anos. ----------

----- Para essa noite, anunciou o concerto de Daniela Mercury, apelando à população para que procedesse à aquisição antecipada dos bilhetes, de forma a evitar filas e constrangimentos no acesso ao recinto no próprio dia. Informou que os bilhetes poderiam ser adquiridos através da plataforma BOL.PT e nos postos de turismo de Reguengos de Monsaraz e de Monsaraz. ----------

----- Após o concerto de Daniela Mercury, a programação prosseguiria com a atuação do DJ Moonlight, que contaria ainda com a participação do MC MM, prevendo-se uma noite de grande animação. ----------

----- A Senhora Vereadora informou igualmente que, durante essa noite, pela 01.00 hora, teria lugar a habitual largada de touros, na Zona das Largadas. ----------

----- Relativamente ao dia 15 de agosto, informou que teria início a Feira Franca de Santa Maria, que decorreria nos dias 15 e 16 de agosto. Nesse mesmo dia, teria lugar a tradicional corrida de touros, na Praça de Toiros José Mestre Batista, mantendo-se, assim, uma componente taurina integrada na programação da Exporeg. ----------

----- No espaço da Exporeg, a programação musical do dia 15 de agosto, estaria a cargo da artista espanhola Lorena Santos e David Jimenez, seguindo-se a atuação do DJ Peter Beats. A programação seria complementada pela realização de uma nova largada de touros, na respetiva Zona de Largadas.----------

----- Para o dia 16 de agosto, último dia da Exporeg, a Senhora Vereadora destacou a atuação do artista local Luís Caeiro, que contaria com a participação de vários convidados, designadamente Lenita Gentil, José González e FF - Fernando Fernandes. ----------

----- Manifestou a expectativa de que este espetáculo constituísse um momento particularmente significativo da programação, salientando o reconhecimento e a ligação do artista à comunidade local. ----------

----- Referiu ainda que, a programação musical da última noite terminaria com a atuação do DJ Pedro Monchique. -------

----- No final da intervenção, a Senhora Presidente, Marta Prates, agradeceu à Senhora Vereadora Dina Simão a apresentação da programação cultural e musical e ao Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, a informação anteriormente prestada sobre as componentes desportiva e empresarial da Exporeg 2026. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

"Campus Coach Marco Galego"

-----A Senhora Presidente, Marta Prates, deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente para que prestasse informação sobre outros assuntos e atividades a decorrer ou a realizar brevemente no Concelho, para além da programação da Exporeg.

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, agradeceu a palavra e começou por informar que se encontrava a decorrer no Concelho o evento "Campus Coach Marco Galego", iniciativa dirigida a atletas jovens de formação na modalidade de basquetebol. ----------

----- Referiu que o "Campus Coach Marco Galego" reunia 50 atletas, provenientes de 21 clubes de diferentes pontos do País, tendo a atividade decorrido entre os dias 2 e 8 de agosto de 2026. Durante este período, os participantes encontravam-se envolvidos num programa de formação intensiva, dedicado ao aperfeiçoamento técnico e à prática da modalidade. ----------

----- Informou ainda que, na presente data, 7 de agosto de 2026, durante a noite, os participantes realizariam uma atividade no Campo de Basquetebol Professor Luís Laureano, localizado no Parque da Cidade de Reguengos de Monsaraz, aproveitando para convidar a população interessada a acompanhar esta atividade e a conhecer o trabalho desenvolvido no âmbito do referido evento "Campus Coach Marco Galego".----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Volta a Portugal em Bicicleta

----- De seguida, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, informou que, no dia 8 de agosto de 2026, a Volta a Portugal em Bicicleta passaria novamente pelo concelho de Reguengos de Monsaraz, integrando a sua 87.ª edição, a decorrer

entre os dias 15 e 16 de agosto de 2026. ----------

----- Referiu que estava prevista a passagem do pelotão pelo Concelho, no dia 8 de agosto de 2026, a partir das 14.39 horas, com entrada pela zona de São Marcos do Campo, proveniente de Beja, seguindo posteriormente para Reguengos de Monsaraz, com passagem pela Praça da Liberdade, prevista pelas 14.55 horas. ----------

----- O percurso prosseguiria em direção a Monsaraz, passando posteriormente por Motrinos e seguindo em direção ao concelho do Alandroal. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente convidou a população a acompanhar a passagem da prova em diferentes pontos do percurso, designadamente, em São Marcos do Campo, Cumeada, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz, Telheiro e Motrinos. ----------

----- Destacou ainda alguns locais que considerou particularmente adequados para assistir à passagem do pelotão, nomeadamente, na zona de Motrinos, onde a existência de uma curva mais acentuada permitiria uma boa visualização da prova. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Sunset Monsaraz Beach Fest 2026

----- O Senhor Vice-Presidente deu também conhecimento da realização, no dia seguinte, 8 de agosto de 2026, do Sunset Monsaraz Beach Fest 2026, iniciativa que já se encontrava integrada na programação habitual da Praia Fluvial de Monsaraz. ----------

----- Informou que o evento teria início pelas 19.00 horas, e que o Município de Reguengos de Monsaraz disponibilizaria transporte em autocarro municipal para os participantes que não tivessem possibilidade de se deslocar diretamente à Praia Fluvial de Monsaraz. ----------

----- Nesse âmbito, esclareceu que o autocarro municipal sairia de Reguengos de Monsaraz, da Estação Rodoviária, pelas 18.15 horas, efetuando paragens em São Pedro do Corval e no Telheiro. Reforçou o convite à população para utilizar este meio de transporte, caso assim o entendesse. ----------

----- Informou igualmente que o transporte de regresso à cidade de Reguengos de Monsaraz ocorreria à meia-noite, com passagem novamente pelo Telheiro e por São Pedro do Corval, salientando que o horário de saída da Praia Fluvial de Monsaraz seria antecipado relativamente ao encerramento efetivo do evento, de forma a assegurar o transporte dos participantes.----------

----- Relativamente à animação musical do Sunset Monsaraz Beach Fest 2026, informou que a programação incluiria atuações de vários DJ, proporcionando diferentes estilos e propostas musicais ao longo da tarde e da noite. Entre os artistas previstos, referiu o DJ Brat, a DJ brasileira Rochstroch, o DJ Bhëras e o DJ Diazz. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente destacou a diversidade da programação e apelou à participação da população e de todos os interessados, convidando-os a deslocarem-se à Praia Fluvial de Monsaraz. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Isenções no pagamento de bilhetes para o espetáculo de Daniela Mercury

----- Usou da palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena começando por cumprimentar todos os presentes, bem como, quem acompanha a reunião via streaming e através da Rádio Voz de Reguengos. No seguimento das intervenções anteriores da Senhora Presidente, do Senhor Vice-Presidente e da Senhora Vereadora Dina Simão, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena começou por colocar algumas questões e prestar alguns esclarecimentos relacionados com os assuntos abordados relativamente à Exporeg. ----------

----- No que respeita à programação da Exporeg, começou por desejar o maior sucesso à iniciativa e colocou uma questão relacionada com a aquisição de bilhetes para o espetáculo de Daniela Mercury. ----------

----- Referiu que a Agenda Cultural indicava a existência de isenção de pagamento para menores de 12 anos e questionou se os beneficiários do Cartão Municipal e do Cartão do Bombeiro também usufruiriam dessa isenção. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, esclareceu que se encontram previstas três situações de isenção, uma das quais decorre do Regulamento de Apoio à Fixação de Médicos no Concelho. ----------

----- Informou ainda que o Regulamento do Cartão Social prevê igualmente uma situação de isenção e que foi estabelecida a isenção para crianças até aos 12 anos, inclusive. ----------

----- Esclareceu que estas situações se encontram devidamente regulamentadas e que os beneficiários poderão usufruir da respetiva isenção no momento da aquisição do bilhete, mediante a apresentação de comprovativo que demonstre a sua condição de beneficiário do respetivo cartão. Acrescentou que existe uma listagem que permite confirmar essa condição. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena agradeceu o esclarecimento, referindo que a questão havia sido colocada apenas porque a informação divulgada publicamente não era suficientemente clara quanto a esta matéria. ----

----- Considerou que o período antes da ordem do dia constituía o momento adequado para prestar o esclarecimento, permitindo que a situação ficasse devidamente clarificada para todos os interessados. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Área de acolhimento empresarial anunciada pelo Governo

----- De seguida, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena manifestou a sua total concordância com a posição e com o trabalho desenvolvido pela Senhora Presidente e pelos municípios envolvidos relativamente à candidatura da localização da área de acolhimento empresarial anunciada pelo Governo. ----------

----- Considerou que constitui uma questão de natureza regional e que deve ser defendida de forma conjunta, independentemente das diferentes posições ou enquadramentos partidários existentes. ----------

----- Sublinhou a importância de uma atuação concertada, atendendo às características e aos desafios que o território

enfrenta. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena afirmou que, tal como havia sido referido pela Senhora Presidente, se trata de um território que já enfrenta diversas situações que condicionam o seu desenvolvimento, pelo que, considera fundamental aproveitar oportunidades que possam contribuir para reforçar a atividade económica e empresarial da região.

----- Nesse sentido, reiterou que a bancada se encontra totalmente solidária com a posição assumida pelo conjunto dos municípios envolvidos e manifestou disponibilidade para colaborar e apoiar o Município em tudo o que se revele necessário para concretizar este objetivo. ----------

----- Em particular, manifestou a expectativa de que a Estação Técnica n.º 2 possa vir a ser integrada na solução defendida pelos municípios e beneficiar diretamente o território de Reguengos de Monsaraz, e uma vez que a linha até Sines é bastante longa, salientando que a extensão da nova linha ferroviária constitui uma oportunidade que deve ser aproveitada.

----- Concluiu defendendo que o Concelho e a região devem procurar beneficiar de parte dos investimentos e das oportunidades associados à infraestrutura ferroviária, tendo em consideração o peso que este território já representa ao nível da atividade e do desenvolvimento empresarial, bem como, a diversidade e importância do tecido económico existente. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Serviço de Atendimento Permanente em Reguengos de Monsaraz

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, relativamente à proposta de implementação de um Serviço de Atendimento Permanente em Reguengos de Monsaraz, considerou uma ambição partilhada e relativamente à qual tem existido sintonia entre os eleitos quanto à necessidade da sua concretização. ----------

----- Considerou que, perante as conclusões constantes do estudo apresentado pela Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, deverá agora ser iniciado o percurso necessário à implementação do serviço, reconhecendo, contudo, que se tratará de um processo complexo, atendendo ao conjunto de entidades e procedimentos que previsivelmente estarão envolvidos. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena manifestou a sua total solidariedade relativamente a esta matéria e solicitou à Senhora Presidente que fosse disponibilizado aos membros da Câmara Municipal o relatório elaborado sobre a implementação do Serviço de Atendimento Permanente, de modo a que pudessem ter acesso ao respetivo conteúdo e conclusões.----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Instalação da Central Fotovoltaica

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, relativamente ao projeto de instalação de uma central fotovoltaica no Lago Alqueva, considerou que a decisão da APA - Agência Portuguesa do Ambiente vem confirmar uma posição que,

segundo referiu, era defendida pelos municípios envolvidos e pela população, face aos impactos que uma intervenção daquela dimensão poderia provocar nos concelhos abrangidos pela Albufeira, congratulando-se com a decisão. ----------

----- De seguida, agradeceu à Senhora Presidente as informações transmitidas e considerou que a concretização do projeto constituiria um elemento profundamente negativo num espaço que classificou como de excelência, como é o Lago Alqueva e a sua envolvente, podendo provocar prejuízos em diversas dimensões. ----------

----- Manifestou concordância com as posições anteriormente expressas pelo Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, relativamente aos impactos do projeto, salientando, para além da dimensão turística, também as questões ambientais e agrícolas que poderiam ser afetadas, bem como, a importância da preservação da qualidade da água da albufeira. ------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Intervenção na calçada junto ao Terminal de Transportes

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente para solicitar esclarecimentos relativamente a uma intervenção que se encontrava a decorrer na calçada, junto ao terminal de transportes, questionando qual o motivo dos trabalhos que estavam a ser realizados naquele local e qual a previsão para a sua conclusão. Referiu que a intervenção suscitava particular atenção por ter ocorrido uma obra naquela zona num período relativamente recente, considerando que os trabalhos agora em curso voltavam a deixar uma marca visível no espaço público. ---------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Felicitações a Atletas do Concelho

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena felicitou alguns atletas do Concelho pelos resultados desportivos alcançados. ----------

----- Em particular, destacou os jovens atletas Afonso Sereto e Martim Sereto, felicitando o primeiro pela conquista do título de campeão do mundo e o segundo pela obtenção do título de vice-campeão, no âmbito da World Kickboxing Organization, cuja competição decorreu em Barnsley, no Reino Unido. ----------

----- A Senhora Vereadora dirigiu, igualmente, uma palavra de reconhecimento à AS Fight Team, entidade responsável pelo projeto desportivo em que os atletas estão integrados, salientando o mérito dos resultados alcançados e considerando particularmente positivo o percurso desenvolvido pelos jovens atletas desde idades muito precoces. Destacou ainda o caráter familiar do projeto e a importância do trabalho desenvolvido pela equipa. ----------

----- De seguida, felicitou o atleta Lourenço Teixeira e a égua Queen da Arrochela, pela conquista do primeiro lugar no Campeonato Regional de Dressage, realizado em Montemor-o-Novo, manifestando a expectativa de que os atletas do Concelho obtenham igualmente bons resultados nas competições que se realizariam posteriormente a nível local. -------

----- A Senhora Vereadora destacou ainda, o percurso da atleta Maria Janeiro, salientando a sua presença entre as melhores atletas da respetiva categoria. Informou que a atleta se encontrava entre as 14 convocadas para o segundo

estágio de aperfeiçoamento da Seleção Nacional de Sub-15, tendo obtido a 10.ª posição, e desejou-lhe as maiores felicidades para a continuidade da sua carreira desportiva. ----------

----- A Senhora Vereadora reconheceu que poderiam existir outros resultados e atividades desportivas relevantes que não estavam a ser mencionados na sua intervenção, ressalvando, contudo, que os exemplos apresentados demonstravam a dinâmica que continua a verificar-se no Concelho na área do desporto, mesmo durante o período de verão, quando habitualmente se regista uma menor atividade noutras áreas.----------

----- Por fim, voltou a referir-se ao o evento "Campus Coach Marco Galego" de basquetebol, que se encontrava a decorrer no Concelho, destacando a presença de atletas provenientes de cerca de 21 clubes. Solicitou ao Senhor Vice-Presidente, caso possível, informação adicional sobre o número de atletas envolvidos e sobre o desenvolvimento da iniciativa, considerando que, embora já tivesse sido prestada informação aquando do início do o evento "Campus Coach Marco Galego", seria interessante conhecer a evolução da atividade. ----------

----- A Senhora Vereadora salientou que era possível observar, durante estes dias, grupos de jovens participantes nas atividades pelas ruas da Cidade e no Pavilhão Arquiteto Rosado Correia, considerando muito positivo o impacto desta dinâmica na vida do Concelho e a presença de jovens atletas no território. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Desinfestação ou desbaratização no Concelho

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena prosseguiu a sua intervenção, colocando ao Executivo Municipal um conjunto de questões relativas a diversas áreas de intervenção municipal, solicitando os respetivos esclarecimentos. ----

----- Começou por questionar se estava prevista a realização de ações de desinfestação ou desbaratização no Concelho, atendendo ao aumento, habitual nesta época do ano, do aparecimento de baratas, associado às temperaturas elevadas e às condições próprias do período de verão. Referiu que tinham chegado ao conhecimento da bancada do Partido Socialista, diversas situações, sobretudo na zona central da Cidade, mas também noutras áreas do Concelho, relacionadas com a presença de baratas, acrescentando que, durante o presente ano, se verificava igualmente um aumento de referências à presença de ratos e ratazanas. ----------

----- Nesse sentido, questionou se, para além das intervenções de desinfestação que já se encontravam previamente programadas, o Município considerava necessário proceder a algum reforço das ações de controlo de pragas nesta altura do ano, tendo em conta a recorrência deste tipo de situações durante o período de maior calor. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Iluminação pública na Rua Dr. Manuel José Caetano Frazão

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, questionando se tinha conhecimento da existência de um problema relacionado com a iluminação pública na Rua Dr. Manuel José

Caetano Frazão, onde, segundo informações transmitidas por munícipes, não existiria iluminação pública há aproximadamente um ano. ----------

----- Referiu que uma munícipe vinha manifestando, reiteradamente, a sua preocupação relativamente a esta situação e solicitou esclarecimentos quanto à existência do problema e, caso fosse conhecido, quanto às razões que estariam na sua origem. Identificou a localização da referida rua como sendo a zona próxima do Mercado Municipal, na continuidade da Rua Mouzinho de Albuquerque, seguindo posteriormente em direção à zona residencial do Bairro Dr. António Sérgio.

----- A Senhora Vereadora salientou que desconhecia pessoalmente a situação, por não frequentar habitualmente aquela zona durante o período noturno, mas referiu que alguns residentes já tinham chamado a atenção para o problema, indicando que a ausência de iluminação se prolongaria há cerca de um ano. ----------

----- Recordou que, em situações desta natureza, é habitual os munícipes contactarem diretamente a EDP, sendo que, normalmente, as avarias são resolvidas pela própria entidade responsável pela rede. Contudo, considerou anormal que uma situação desta natureza se prolongasse durante tanto tempo, razão pela qual decidiu levá-la à reunião de Câmara e solicitar a intervenção do Município junto da entidade competente. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Classificação de interesse público de algumas Ladeiras da Freguesia de Monsaraz

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu-se a uma questão que havia sido comunicada aos membros do Executivo Municipal, através de correio eletrónico, relacionada com o Grupo Coral, Cultural e Desportivo da Freguesia de Monsaraz, que, segundo informou, teria apresentado, no início do mês de dezembro, um pedido ao Município relacionado com a classificação de interesse público de algumas Ladeiras da Freguesia de Monsaraz. ----------

----- Questionou o motivo pelo qual, até à data, não teria sido dada resposta formal ao referido Grupo, procurando saber se o pedido se encontrava a ser objeto de algum procedimento ou tramitação interna pelos serviços municipais. ----------

----- A Senhora Vereadora considerou importante esclarecer esta situação, tendo em conta o trabalho desenvolvido pelo Grupo, designadamente, através do projeto “Monsaraz a Caminhar”, que classificou como muito relevante para a promoção da Freguesia e do Concelho. Destacou, igualmente, o contributo daquela entidade para a preservação, valorização e descoberta de caminhos e ladeiras existentes na Freguesia, considerando tratar-se de um trabalho de reconhecido interesse para a comunidade. ----------

----- Nesse sentido, solicitou esclarecimentos sobre as diligências entretanto realizadas pelo Município relativamente ao pedido apresentado e sobre as razões pelas quais, pelo menos até à data constante da comunicação recebida, não teria sido transmitida uma resposta formal à entidade requerente. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto, em São Pedro do Corval

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena abordou a situação da Freguesia de Corval, mais concretamente a intervenção de requalificação da Praça Dr. Manuel Fialho Recto, solicitando esclarecimentos ao Senhor Vice-Presidente, enquanto responsável pela área das empreitadas. ----------

----- Recordou que, aquando da aprovação do projeto de requalificação da praça, tinha sido incluída no projeto a instalação de um quiosque, na sequência de solicitações apresentadas por alguns munícipes da Freguesia de Corval. ----------

----- Referiu, contudo, ter conhecimento de que existiam algumas preocupações e dúvidas na comunidade relativamente à utilização futura daquele espaço. Recordou que, na altura da discussão do projeto, uma das preocupações manifestadas pela bancada do Partido Socialista tinha sido precisamente a necessidade de garantir que o futuro equipamento não assumisse uma natureza concorrencial relativamente aos estabelecimentos comerciais já existentes na Praça, nomeadamente, os estabelecimentos de restauração e o comércio de proximidade. ----------

----- Nesse contexto, questionou qual seria o objeto previsto para o quiosque, procurando saber se se mantinha a orientação anteriormente definida e se as preocupações manifestadas por alguns elementos da comunidade relativamente a uma eventual concorrência com os estabelecimentos existentes tinham fundamento. ----------

----- Solicitou, ainda, informação sobre se já se encontrava definido o modelo de funcionamento ou utilização daquele espaço, designadamente se existia algum objeto ou finalidade concreta para o equipamento, se seria estabelecido um período específico para a sua definição e qual a previsão para que o assunto pudesse ser devidamente discutido e esclarecido. ----------

----- A Senhora Vereadora referiu, igualmente, que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Corval, Dra. Márcia Gaspar, teria remetido, ainda durante o mês de junho do corrente ano de 2026, um correio eletrónico ao Município sobre esta matéria, sem que, segundo a informação de que dispunha, tivesse recebido até então uma resposta oficial. ---------

----- Questionou, por isso, se teria ocorrido algum atraso na resposta por parte do Município relativamente à questão do quiosque. ----------

----- Por fim, esclareceu que tinha conhecimento de que teria existido, entretanto uma conversa de natureza informal sobre o assunto, reconhecendo igualmente a intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Corval, que teria dado conhecimento ao Executivo Municipal das preocupações manifestadas pela comunidade relativamente a esta matéria. ----------

----- A Senhora Vereadora concluiu, que relativamente ao assunto mencionado as questões apresentadas seriam somente essas. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento ----------

Publicação das Atas das reuniões da Câmara Municipal

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, relativamente à questão das atas das reuniões da Câmara Municipal,

recordando que, na reunião anterior, a Senhora Presidente lhe havia indicado que iria enviar, por correio eletrónico, uma resposta relativamente à ausência de determinadas atas no portal do Município. ----------

----- Tendo em conta que, entretanto, não havia recebido essa comunicação, questionou a Senhora Presidente sobre se já dispunha da informação necessária para prestar esclarecimentos relativamente às atas que já haviam sido aprovadas, mas que, à data, ainda não se encontravam disponibilizadas no portal institucional do Município. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Visita ao Canil Municipal

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena informou que, na sequência da mesma reunião, havia manifestado à Senhora Presidente a sua disponibilidade para realizar uma visita ao Canil Municipal, tendo aguardado posteriormente algum contacto nesse sentido. Referiu que, não tendo esse contacto ocorrido até à data da presente reunião, havia informado a Senhora Presidente, durante a manhã, de que iria efetuar a visita, considerando que o deveria fazer por uma questão institucional e de respeito pelo cargo exercido pela Presidente da Câmara Municipal. ----------

----- A Senhora Vereadora informou que tinha realizado a visita ao Canil Municipal, com o objetivo de conhecer as condições existentes, verificar eventuais intervenções entretanto realizadas e tomar conhecimento da situação atual dos animais. ----------

----- Referiu ter constatado, com satisfação, que a situação relacionada com os esgotos na zona de alvenaria do canil se encontrava resolvida, considerando que essa intervenção contribuía para melhorar significativamente as condições e facilitar a utilização e intervenção naquele espaço. ----------

----- Manifestou, contudo, preocupação com o aumento do número de cães existentes no equipamento, considerando que tal situação demonstrava que continuavam a verificar-se comportamentos inadequados por parte de alguns cidadãos relativamente ao abandono de animais. ----------

----- Informou que, à data da visita, se encontravam no Canil Municipal 62 cães e 15 gatos, salientando que a gestão e o controlo das populações de gatos obedecem a uma dinâmica diferente, nomeadamente, através do acompanhamento das colónias existentes. ----------

----- Considerou, porém, particularmente grave a situação relativa aos cães, destacando que as condições do espaço continuavam aquém daquilo que seria desejável para garantir o adequado bem-estar dos animais acolhidos. ----------

----- Neste contexto, questionou a Senhora Presidente sobre as iniciativas que o Município teria desenvolvido ou estaria a preparar na área da proteção e bem-estar animal, nomeadamente na sequência de uma reunião anteriormente realizada pelo Senhor Vice-Presidente com a entidade competente na área, o CAGIA. ----------

----- A Senhora Vereadora questionou, em particular, se o Município tinha conhecimento e se tinha aproveitado o Aviso n.º 1 da DGAV - Direção-Geral da Alimentação e Veterinária, que permitia aos municípios, durante o período indicado, 15 de junho a 15 de julho de 2026, apresentar candidaturas para determinadas intervenções, nomeadamente, relacionadas

com a captura e esterilização de gatos e outras medidas de controlo e proteção animal. ----------

----- Solicitou esclarecimentos sobre a eventual apresentação de candidatura por parte do Município ao referido aviso e, caso tal não tivesse acontecido, sobre as razões que teriam determinado a não apresentação da mesma. ----------

----- A Senhora Vereadora explicou que colocava esta questão também tendo em consideração a recente alteração legislativa que, segundo referiu, viria a reforçar as responsabilidades dos municípios na área da proteção e salvamento de animais em situações de emergência ou catástrofe. ----------

----- Considerou que esta nova realidade representaria um acréscimo significativo das responsabilidades municipais, nomeadamente, no âmbito da proteção civil, uma vez que os municípios teriam de assegurar também respostas adequadas relativamente aos animais em diferentes tipos de ocorrências, o que implicaria uma logística e capacidade operacional relevantes. ----------

----- Nesse sentido, solicitou à Senhora Presidente, Marta Prates, informação sobre o que estaria previsto relativamente ao Canil Municipal, designadamente, quanto às condições existentes, às intervenções previstas e à eventual existência de candidaturas associadas ao aviso anteriormente mencionado. ----------

----- Questionou ainda se a não apresentação de candidatura teria sido ponderada tendo em consideração as novas responsabilidades que se colocariam aos municípios no âmbito da proteção dos animais em situações de emergência e catástrofe. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Coordenação Operacional da Proteção Civil Municipal

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, abordando a questão da coordenação operacional da proteção civil municipal, referiu que o Município havia contado anteriormente com um coordenador operacional, função que, segundo afirmou, deixara de estar preenchida há cerca de um ano ou pouco mais. ----------

----- Nesse contexto, questionou a Senhora Presidente sobre a previsão para a designação de um novo coordenador operacional, procurando saber se estava prevista a nomeação de uma nova pessoa para o cargo ou se seria ponderada a recondução do anterior Coordenador, o Engenheiro Dário Velho. ----------

----- A Senhora Vereadora destacou o percurso desenvolvido pelo anterior Coordenador, incluindo a experiência e o conhecimento adquiridos no âmbito das funções desempenhadas e da própria aprendizagem interna no Município. ------

----- Considerou que a existência de um coordenador operacional constituía uma função essencial, sobretudo tendo em conta o crescente número de competências e responsabilidades atribuídas aos municípios no âmbito da proteção civil e a necessidade de assegurar uma adequada operacionalização das respostas no terreno. ----------

----- Sublinhou que o reforço das competências municipais nesta matéria tomava ainda mais relevante a existência de uma estrutura operacional devidamente organizada e com capacidade de resposta, pelo que solicitou à Senhora Presidente esclarecimentos sobre a situação atual e sobre a eventual existência de novidades relativamente à designação

do responsável pela coordenação operacional. ----------

----- Por fim, a Senhora Vereadora informou que, da sua parte, estavam apresentadas as questões que pretendia colocar naquele momento, ficando disponível para intervir novamente em função dos assuntos que viessem a ser abordados no decorrer da reunião. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Respostas às questões colocadas pela Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena

----- Relativamente à questão da **Coordenação Operacional da Proteção Civil Municipal**, a Senhora Presidente, Marta Prates, agradeceu à Senhora Vereadora a sua intervenção e informou que, nos próximos dias, seria formalizada a designação do Engenheiro Dário Velho para continuar a exercer as funções de Coordenador Operacional. Esclareceu que, na sequência da saída do referido Engenheiro, por razões internas, havia assumido integralmente aquelas funções, mas que, uma vez cessada a atual designação, a intenção do Município, coincidente com a vontade manifestada pelo próprio Engenheiro Dário Velho, era que este retomasse o exercício do cargo. Sublinhou, a este propósito, a competência demonstrada pelo Engenheiro Dário Velho, bem como, o percurso profissional e formativo, entretanto desenvolvido. ----

----- Informou ainda que já havia abordado com o Engenheiro Dário Velho a recomendação relativa à operacionalização da resposta em matéria de incêndios e de proteção animal, remetida pelo Governo da República e pela entidade competente, a DGAV - Direção-Geral da Alimentação e Veterinária. Nesse âmbito, encontrava-se agendada uma reunião com o Engenheiro Dário Velho, destinada a analisar a referida recomendação e a aferir, em termos operacionais, as suas implicações concretas. Admitiu, igualmente, a eventual necessidade de reforço dos recursos humanos afetos à proteção civil municipal, tendo em conta a acumulação de funções associada à proteção e recolha de animais. ----------

----- No que respeita ao assunto do **Canil Municipal**, a Senhora Presidente, Marta Prates, referiu que relativamente ao reconhecimento manifestado pela Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena quanto às melhorias que têm vindo a ser introduzidas no denominado Canil Municipal, agradeceu as suas considerações, salientando o trabalho que tem sido desenvolvido nesse âmbito. ----------

----- No que respeitava à possibilidade de a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena ter sido acompanhada numa deslocação ao Canil Municipal, esclareceu que teria tido todo o gosto em fazê-lo, mas que tal não havia sido possível por razões de agenda. Referiu que, entre a reunião anterior e a presente reunião, para além da agenda da semana em curso, que incluíra contactos com diversas entidades, tinha estado ausente da Câmara Municipal por motivo de doença. Sublinhou, assim, que a impossibilidade de acompanhar a Senhora Vereadora se devera exclusivamente a questões de agenda, manifestando a sua total disponibilidade para futuras deslocações ao Canil Municipal sempre que se justificasse.

----- De seguida, abordou a questão do número crescente de cães abandonados e recolhidos pelo Município, informando que, àquela data, se encontravam contabilizados 62 animais. Chamou a atenção para a existência de um canil central, localizado em Beja, que serve os municípios da região e que já não dispunha de capacidade para acolher novos animais.

Referiu que estavam previstas obras de ampliação das respetivas instalações, suportadas pelos municípios do Alentejo, mas que o aumento previsto corresponderia apenas à criação de capacidade para mais 50 animais. Considerou, por isso, que a dimensão do problema era particularmente grave, sobretudo tendo em conta que apenas no Município de Reguengos de Monsaraz se encontravam já 62 animais recolhidos. ----------

----- Informou também que o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, e o Senhor Médico Veterinário Municipal, Dr. Rui Aleixo, haviam acompanhado uma visita do Senhor Secretário de Estado ao referido equipamento em Beja, realizada cerca de duas a três semanas antes, ocasião em que fora transmitido ao Governo da República que a sobrelotação e a gestão dos animais errantes constituíam um problema efetivo para os municípios. ----------

----- Recordou que a matéria já havia sido anteriormente abordada em reuniões municipais e salientou que alguns municípios tinham chegado ao ponto de deixar de proceder à recolha de animais errantes. Declarou que o Município procurava evitar chegar a essa situação, por considerar que se trataria de uma medida extremamente gravosa e que não pretendia adotar. ----------

----- Defendeu, neste contexto, a necessidade de adoção, por parte do Governo central, de medidas de curto prazo, para além das medidas de médio e longo prazo. Considerou que, a médio e longo prazo, uma das principais soluções passaria pela esterilização dos animais, destacando o programa municipal CED - Captura, Esteriliza e Devolve. Informou que o referido programa CED estava a ser desenvolvido em articulação com a Associação Animais e com o Médico Veterinário Municipal, embora reconhecendo que o seu ritmo de execução ainda não correspondia ao desejável. Salientou, contudo, que a esterilização constituía uma solução fundamental para o controlo da população animal, embora os seus efeitos se produzissem sobretudo a médio e longo prazo. ----------

----- Acrescentou que esta problemática afetava, de forma particularmente grave, os municípios do Alentejo e, eventualmente, o País em geral, embora se reportasse sobretudo à realidade regional que conhecia diretamente. Referiu ter conhecimento da abertura de um aviso nesta matéria e informou que o Município estava a desenvolver os procedimentos necessários com vista a poder beneficiar do mesmo. ----------

----- Antes de prosseguir para as restantes questões, a Senhora Presidente, Marta Prates, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, que acrescentasse, caso entendesse pertinente, alguma informação relativamente à componente operacional da gestão do canil municipal, considerando a articulação existente entre ambos nesta matéria.

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, tomando a palavra, informou que, entre janeiro e junho do ano em curso, haviam sido esterilizados 21 cães e encaminhados para adoção 26 animais. Esclareceu que a capacidade de esterilização se encontrava condicionada pelo facto de este procedimento ser realizado nas instalações do CAGIA - Canil/Gatil Intermunicipal da Resialentejo, em Beja, por uma médica veterinária que assegurava a intervenção para os 14 municípios abrangidos. Em consequência, os animais permaneciam, em determinados casos, em lista de espera para serem esterilizados, prevendo-se, contudo, que ao longo do ano a maioria dos animais existentes no Município e nos restantes municípios pudesse ser submetida ao procedimento. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente salientou, igualmente, a importância de o Município continuar a desenvolver esforços no sentido de promover a adoção dos animais, considerando, contudo, que essa responsabilidade deveria ser partilhada pela população. Defendeu a necessidade de uma maior consciencialização relativamente à adoção responsável, salientando que a decisão de adotar um animal não deveria assentar exclusivamente em critérios de aparência ou afeto momentâneo, mas antes numa avaliação responsável das condições e compromissos inerentes à sua posse. Considerou que uma alteração de mentalidades nesta matéria seria fundamental para prevenir futuros abandonos. ----------

----- Por fim, acrescentou que, na sua opinião, enquanto não fosse devidamente regulamentada a atividade dos criadores de animais, dificilmente seria possível travar o crescimento da população existente nos canis. Defendeu, por isso, a necessidade de uma intervenção ao nível da legislação nacional, designadamente através da identificação e regulamentação dos criadores, entendendo que tal medida, conjugada com a esterilização, poderia contribuir de forma significativa para controlar e estabilizar o número de cães e outros animais errantes. ----------

----- Concluída a intervenção, o Senhor Vice-Presidente agradeceu a atenção dispensada e deu por encerrada a sua participação naquele ponto. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, questionou se alguém pretendia acrescentar alguma questão relativamente ao assunto em discussão. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente interveio, referindo que pretendia apenas acrescentar uma nota final para encerrar o tema. Esclareceu que o aviso de financiamento mencionado anteriormente já havia terminado, observando que, inclusivamente, considerava que o mesmo teria tido um período de abertura bastante reduzido. Considerou que, perante um prazo de apenas 30 dias para apresentação de candidaturas, os municípios teriam de dispor de todos os elementos previamente preparados, existindo ainda assim o risco de não conseguirem concluir atempadamente os respetivos processos de candidatura. ----------

----- Recordou, contudo, que já havia sido transmitido à Senhora Vereadora e aos restantes membros que constituía intenção do Município que, no próximo ano, estivesse em funcionamento um Centro de Recolha Oficial (CRO), ou, pelo menos, estivesse encontrada uma solução concreta para a sua implementação. Informou que o Município tinha conhecimento de que seriam abertos novos avisos destinados aos CRO, previsivelmente com prazos mais alargados para a preparação e apresentação das candidaturas, pelo que existiria nova oportunidade para os municípios interessados apresentarem projetos destinados à criação destas estruturas. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente salientou, contudo, que a criação de um CRO, por si só, não resolveria o problema estrutural relacionado com o número de animais existentes. Esclareceu que não estaria em causa a construção de uma estrutura com capacidade para 200 ou 300 animais, uma vez que o CRO teria essencialmente como finalidade melhorar as condições de acolhimento dos animais errantes recolhidos na via pública. Considerou que, se as atuais práticas se mantivessem, o problema de sobrelotação continuaria a verificar-se, ainda que fosse construída uma nova estrutura. ----

----- Acrescentou que o canil e o gatil municipais, independentemente das condições das respetivas instalações,

tenderiam a enfrentar novamente problemas de lotação se não fossem adotadas medidas de prevenção e controlo da população animal. Defendeu, por isso, que a resolução da questão dependeria também de uma mudança de comportamento por parte da população, nomeadamente, no que respeita à responsabilidade associada à detenção e adoção de animais de companhia. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, agradeceu a intervenção do Senhor Vice-Presidente e propôs que se prosseguisse para os pontos seguintes. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena esclareceu, então, que ainda não havia realizado a intervenção que pretendia fazer, tendo-se limitado, até àquele momento, a alertar para o facto de o aviso já se encontrar encerrado. -----

----- A Senhora Presidente reconheceu o esclarecimento e referiu que tinha interpretado a intervenção anterior como reportando-se apenas ao encerramento do aviso. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena esclareceu que a questão que pretendia colocar era de outra natureza, salientando que o aviso em causa não se destinava exclusivamente à criação de CRO, abrangendo igualmente diversas outras matérias, nomeadamente intervenções destinadas à melhoria das condições dos gabinetes veterinários e dos serviços que estes poderiam disponibilizar à comunidade. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena contestou, nesse sentido, a ideia de que um prazo de um mês para apresentação de uma candidatura constituísse, por si só, um obstáculo inultrapassável, observando que, em anteriores avisos, já haviam existido prazos igualmente reduzidos ou até inferiores. Considerou que existia um esforço por parte das entidades competentes para permitir a apresentação das candidaturas dentro dos prazos estabelecidos. ----------

----- Recordou igualmente que, em intervenções anteriores, havia sido referido que o Município dispunha de um projeto inicial para a criação do CRO, projeto esse que não reunia inicialmente todas as condições necessárias, mas que, entretanto, teria sido reformulado, existindo a indicação de que seria apresentado um novo projeto. Sublinhou, assim, que o Município dispunha já de um projeto e que existiria igualmente um terreno destinado à sua implementação, embora a respetiva localização ainda não tivesse sido formalmente comunicada, apesar de o assunto já ter sido abordado em mais do que uma ocasião.----------

----- Acrescentou que existia uma linha de financiamento que poderia apoiar projetos de natureza intermunicipal, o que permitiria estabelecer parcerias com outros municípios da região que enfrentariam problemas semelhantes, designadamente Mourão, Portel e Redondo, entre outros. Considerou que uma abordagem intermunicipal poderia tornar a candidatura e a concretização do projeto menos exigentes para cada município individualmente. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu ainda que o aviso abrangia outras áreas relevantes, designadamente a esterilização de animais e a melhoria das condições dos gabinetes de apoio veterinário. Entendeu, por isso, que existia um conjunto significativo de valências e oportunidades de intervenção que, no seu entendimento, não haviam sido aproveitadas pelo Município nesta fase.----------

----- Estabeleceu depois uma distinção entre a resposta proporcionada por um CRO municipal, de natureza

essencialmente local, e a resposta assegurada pelo CAGIA, em Beja, enquanto estrutura de âmbito regional, destinada a apoiar os municípios na resolução de um problema que, pela sua dimensão, seria difícil de solucionar individualmente. Considerou que, conforme havia sido anteriormente salientado pela Senhora Presidente, a manutenção das atuais práticas não permitiria alcançar uma solução num horizonte próximo. ----------

----- Apesar disso, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena lamentou que o Município de Reguengos de Monsaraz tivesse deixado passar uma oportunidade de financiamento que, no seu entendimento, poderia ter sido relevante. Esclareceu que a sua crítica não incidia exclusivamente sobre a criação do CRO, admitindo que a implementação de uma estrutura dessa natureza poderia envolver alguma complexidade, mas considerou que tinha a expectativa de que o projeto do CRO se encontrasse num nível de maturidade superior. ----------

----- Entendeu que a não apresentação de uma candidatura poderia estar relacionada com uma opção estratégica do Município, eventualmente associada à programação orçamental e às prioridades políticas definidas para o investimento municipal. Sublinhou que, na sua perspetiva, a questão não se limitava à existência ou inexistência de capacidade técnica para apresentar a candidatura, mas poderia também estar relacionada com uma decisão de natureza orçamental e estratégica. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena acrescentou que considerava possível que a entidade responsável pelo lançamento do aviso tivesse definido aquele calendário tendo em conta a previsão de novos instrumentos ou medidas subsequentes, nomeadamente no âmbito da transferência ou atribuição de novas responsabilidades aos municípios em matéria de proteção civil e de componente animal. ----------

----- Alertou, a este propósito, para a complexidade das novas responsabilidades que poderão vir a ser exigidas aos municípios à luz da legislação aplicável, bem como para as dificuldades que poderão surgir na criação de parcerias locais capazes de assegurar uma resposta adequada. Salientou que, no território municipal, existia apenas uma associação com intervenção local nesta área, a qual não dispunha de estrutura própria para assegurar integralmente as respostas necessárias. ----------

----- Considerou, por isso, que continuava a existir uma lacuna relativamente à disponibilidade de um espaço adequado para acolhimento de animais. Reconheceu que uma estrutura municipal dessa natureza não resolveria integralmente a problemática, mas defendeu a necessidade de equacionar parcerias com outras entidades locais, incluindo, a título exemplificativo, a associação hípica local, tendo em conta a necessidade de assegurar respostas para diferentes espécies animais. ----------

----- Referiu, nomeadamente, situações envolvendo cavalos e outros animais que poderão ser afetados ou necessitar de intervenção em contexto de incêndios rurais, salientando que estas matérias deveriam ser devidamente acauteladas e planeadas. ----------

----- Concluiu manifestando uma nota de preocupação e de tristeza pelo facto de, no seu entendimento, se ter perdido uma oportunidade de acesso a uma verba de financiamento que poderia ter assumido particular importância para o

Município. Recordou que a Senhora Presidente havia afirmado anteriormente que a criação de uma solução nesta área constituía uma das prioridades do Executivo e salientou que a matéria vinha sendo discutida em diversas ocasiões. -----

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena deixou, assim, registada a posição do seu grupo relativamente à perda de uma eventual oportunidade de financiamento, que considerou particularmente relevante para o Município, tanto para a criação de uma resposta local através do CRO como para o reforço das restantes valências relacionadas com a proteção e o bem-estar animal. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, com a devida autorização da Senhora Presidente, Marta Prates, interveio para prestar um esclarecimento relativamente à intervenção anterior, começando por afirmar que o Município não havia perdido qualquer oportunidade de financiamento. ----------

----- Esclareceu que, nas condições então existentes, não seria possível concretizar nenhuma das intervenções que o Município tinha efetivamente previstas para o futuro Centro de Recolha Oficial (CRO), uma vez que a estratégia definida pelo Executivo passava pela criação de uma solução estruturada e integral, com todas as valências necessárias e devidamente articuladas. ----------

----- Relativamente às condições atualmente existentes, informou que o gabinete do Médico Veterinário Municipal dispunha de condições consideradas satisfatórias, nomeadamente de climatização e de espaço adequado para o atendimento e receção dos munícipes. Considerou, por isso, que não se justificaria, neste momento, realizar obras ou efetuar despesas com dinheiros públicos destinadas a intervenções meramente provisórias ou de caráter paliativo, quando já se encontrava definida uma solução futura para o CRO. ----------

----- Sublinhou que o futuro do CRO estava devidamente delineado e programado pelo Executivo, contemplando igualmente, como seria expectável, a existência de um gabinete médico veterinário integrado na solução a implementar. Defendeu, assim, que não faria sentido mobilizar recursos financeiros públicos para realizar intervenções de caráter temporário numa localização que, de acordo com a estratégia municipal, não constituiria a solução definitiva para o equipamento. ----------

----- Reiterou que o Executivo Municipal dispunha de uma estratégia global e estruturada para a criação do CIRO, com todas as condições e valências necessárias, e afirmou que essa solução seria concretizada. ----------

----- De seguida, reafirmou que existia uma estratégia claramente definida pelo Executivo relativamente às condições e à futura implementação do CRO. Sublinhou que o Município de Reguengos de Monsaraz não pretendia aplicar recursos públicos em intervenções desnecessárias, de caráter provisório ou meramente paliativo, numa localização que, de acordo com o planeamento municipal, não corresponderia à solução futura para o equipamento. ----------

----- Concluiu reiterando que a atual localização teria uma utilização ou um enquadramento diferente no futuro e que, por essa razão, o Executivo Municipal em funções mantinha a opção de não realizar investimentos avulsos naquele espaço, privilegiando a concretização de uma solução definitiva e devidamente estruturada para o CRO. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, procurando encerrar o assunto em discussão, começou por salientar que o

Executivo Municipal compreendia e respeitava a preocupação manifestada pela bancada do Partido Socialista relativamente ao bem-estar animal no Concelho, afirmando que partilhava dessa preocupação e que o Município tinha vindo a desenvolver, dentro das suas possibilidades, diversas ações destinadas a melhorar as condições dos animais à sua guarda. ----------

----- Recordou que a própria Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena havia reconhecido, na sequência da visita realizada às instalações, que tinham sido introduzidas melhorias consideradas essenciais. Referiu, nomeadamente, que os animais se encontravam devidamente alimentados, que dispunham de água e de sombra e que estavam asseguradas condições básicas de acompanhamento. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, reconheceu, contudo, que as condições existentes ainda não eram as ideais, questão que, segundo afirmou, já havia sido admitida pelo Executivo em diversas ocasiões. Sublinhou, porém, que o Município de Reguengos de Monsaraz não se encontrava inativo relativamente à problemática do bem-estar animal, estando a desenvolver medidas concretas, designadamente através da promoção da adoção dos animais recolhidos e da implementação de ações de esterilização. ----------

----- Reforçou que o Município não abandonava os animais que já haviam sido abandonados pelos seus proprietários e que permaneciam à sua guarda, procurando assegurar a respetiva proteção e bem-estar. Salientou que o Executivo Municipal estava empenhado em trabalhar no sentido de melhorar efetivamente as condições de bem-estar animal no concelho de Reguengos de Monsaraz, com o objetivo de alcançar uma realidade diferente da existente no momento. ---

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, destacou ainda que, tal como havia sido referido anteriormente pela Senhora Vereadora do Partido Socialista, existiam outras matérias relativamente às quais ambas as partes se encontravam alinhadas, nomeadamente, a questão da Central Fotovoltaica, do Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e da infraestrutura ferroviária. Considerou, assim, que também relativamente à preocupação com o bem-estar animal existia uma convergência de posições entre o Executivo Municipal e a bancada do Partido Socialista. ----------

----- Concluída esta intervenção, a Senhora Presidente, Marta Prates, deu por encerrado o assunto do Canil Municipal. -

----- Antes de conceder a palavra ao Senhor Vice-Presidente para abordar a **obra da Praça Dr. Manuel Fialho Recto, em São Pedro do Corval,** a Senhora Presidente prestou ainda um esclarecimento relativamente ao quiosque existente naquele local, informando que o mesmo não se encontrava contemplado no projeto inicial da intervenção. A Senhora Presidente, Marta Prates, relativamente à obra de requalificação da Praça Manuel Fialho Reto, em São Pedro do Corval, esclareceu que o processo foi desenvolvido pelo Executivo Municipal procurando adotar as melhores práticas existentes e tendo em consideração as necessidades de requalificação identificadas, bem como, as intenções manifestadas pela população local. Referiu que foi solicitado um projeto que respeitasse as atuais preocupações relacionadas com a sustentabilidade, o ambiente, a mobilidade e outras matérias consideradas relevantes no âmbito da intervenção. ---------

----- Informou que, para o efeito, foi constituída uma equipa de arquitetos e promovida uma sessão pública na Casa do Barro, em São Pedro do Corval, a qual contou com significativa participação da população. Esclareceu que a

apresentação do projeto não foi realizada pelo Executivo Municipal, mas pelos próprios arquitetos autores do projeto, tendo em vista o acolhimento de ideias e sugestões da população e o esclarecimento imediato das questões colocadas, designadamente, quanto à respetiva viabilidade técnica. ----------

----- Acrescentou que, após essa sessão, foi concedido à população um período, que estimou entre dez e vinte dias, para apresentação de sugestões, tendo os habitantes de São Pedro do Corval podido fazê-lo presencialmente, junto da equipa de arquitetos, e posteriormente por escrito, sempre de acordo com as possibilidades técnicas do projeto. Sublinhou que algumas das propostas apresentadas não eram tecnicamente exequíveis. ----------

----- Relativamente ao quiosque previsto para a Praça Dr. Manuel Fialho Recto, em São Pedro do Corval, esclareceu que o mesmo não fazia parte do projeto inicial, tendo a sua inclusão resultado de uma pretensão e de um pedido formulado pela população de São Pedro do Corval. Manifestou, por esse motivo, alguma dificuldade em compreender as preocupações entretanto suscitadas, considerando que o Executivo Municipal apresentou o projeto, promoveu a participação da população, recebeu as sugestões apresentadas e, dentro das possibilidades existentes, acolheu os pedidos formulados. ----------

----- Reconheceu que a participação da população na consulta pública não havia sido massiva, mas salientou que todos os interessados tiveram oportunidade de participar e que aqueles que manifestaram a vontade de ver criado aquele equipamento, foram atendidos pelo Executivo Municipal. Recordou, ainda, que o projeto era do conhecimento público há bastante tempo, tendo sido, designadamente, exposto na edição do ano anterior da Fiobar - Festa Ibérica da Olaria e do Barro, pelo que, considerou difícil perceber a origem das preocupações que estavam a ser manifestadas naquele momento. ----------

----- No que respeita à utilização futura do quiosque, a Senhora Presidente, Marta Prates, esclareceu que não era intenção do Executivo Municipal concessionar aquele espaço. Explicou que se pretendia que o quiosque funcionasse como equipamento de apoio às festas e atividades que viessem a realizar-se no Largo, cuja requalificação permitiria criar melhores condições para a realização de iniciativas e para a convivência da comunidade. ----------

----- Acrescentou que o equipamento poderia igualmente prestar apoio às atividades desenvolvidas por associações, instituições, entidades locais e pela Igreja, constituindo, assim, um espaço de apoio à comunidade, sendo esta a intenção do Executivo Municipal. Sublinhou que não estava prevista qualquer atividade de natureza concorrencial com o café ou estabelecimento comercial existente nas proximidades. ----------

----- Por fim, manifestou a disponibilidade do Executivo Municipal para continuar a dialogar com a população de São Pedro do Corval e com as populações de todo o Concelho sempre que tal se mostrasse necessário. Reafirmou que o quiosque havia sido incluído no projeto, na sequência do pedido da própria população, que o projeto era conhecido há bastante tempo e que a finalidade prevista para o equipamento era a de servir de apoio à comunidade e às suas instituições, e não desenvolver uma atividade comercial concorrencial. ----------

----- Na sequência destes esclarecimentos, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena afirmou estar de acordo com

o exposto, recordando que o projeto havia sido apresentado e aprovado pelo órgão executivo em 21 de maio de 2025. Esclareceu que se tratava, nessa ocasião, da segunda versão do projeto, posterior à sessão pública anteriormente realizada, na qual o quiosque em causa ainda não estava previsto, tal como sucedia com outros elementos posteriormente integrados no projeto. ----------

----- Recordou que, aquando da apreciação do projeto pelo órgão, haviam sido colocadas questões relativamente ao número de elementos previstos para uma Praça de reduzida dimensão, tendo sido igualmente considerados outros equipamentos e soluções que haviam sido solicitados pela população, designadamente, um espaço destinado a táxis. --

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu compreender a estranheza manifestada relativamente às preocupações entretanto suscitadas, mas explicou que a questão havia sido transmitida aos eleitos e que, por esse motivo, fora apresentada na reunião. Esclareceu que a preocupação manifestada não dizia respeito exclusivamente ao estabelecimento comercial situado junto à Praça, mas também aos restantes estabelecimentos existentes na zona envolvente. ----------

----- Nesse sentido, explicou que várias pessoas haviam manifestado dúvidas quanto à futura utilização do quiosque, nomeadamente, sobre os produtos ou serviços que poderiam ser ali disponibilizados, questionando se o espaço poderia vir a comercializar revistas, tabaco, bebidas ou outros produtos. Considerou que a existência dessas dúvidas justificava a preocupação manifestada pela comunidade e que a apresentação da questão na reunião permitia obter um esclarecimento público sobre a matéria. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena considerou, contudo, que, tendo existido anteriormente uma consulta pública na qual a comunidade local havia manifestado a necessidade de criação daquele equipamento, não seria necessariamente exigível a realização de um segundo momento de consulta pública após o encerramento do projeto. Defendeu que a discussão pública deveria ocorrer num determinado momento e durante um período definido, não sendo razoável reabrir sucessivamente o processo de discussão sempre que surgisse uma nova questão ou preocupação. -----

Considerou, todavia, que seria útil que o esclarecimento agora prestado pelo Executivo Municipal fosse igualmente transmitido à comunidade local, designadamente, através de uma sessão presencial com a Senhora Presidente da Câmara Municipal ou de um representante do respetivo Gabinete, para que os cidadãos pudessem colocar diretamente eventuais dúvidas. ----------

----- Salientou que a discussão realizada naquela reunião já contribuía para o esclarecimento da situação, considerando particularmente importante a confirmação de que o quiosque teria regras de funcionamento e não poderia assumir uma atividade concorrencial com os estabelecimentos comerciais existentes na zona. ----------

----- Acrescentou que, mesmo aquando da realização de festas ou de outras iniciativas no espaço, deveria ser definido um regime de funcionamento e horários que salvaguardasse os interesses dos comerciantes existentes, evitando que estes se sentissem prejudicados na sua atividade económica. A este propósito, deu como exemplo as Festas de Santo António, salientando que a realização de eventos no interior da cidade, ao atrair população, pode também gerar

movimento e clientes para os estabelecimentos comerciais existentes. ----------

----- Sublinhou, assim, que a preocupação fundamental consistia em assegurar que o quiosque não viesse a transformar-se num elemento concorrencial relativamente às atividades comerciais existentes na envolvente da Praça, esclarecendo que era nesse sentido que o assunto havia sido apresentado. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, referiu que sempre havia entendido que a questão da não concessão do quiosque já estaria esclarecida desde o início do processo, mas, não tendo essa informação ficado suficientemente clara, considerou que, na sequência dos esclarecimentos prestados na presente reunião, a questão ficava devidamente esclarecida. Acrescentou que, caso subsistissem dúvidas, os eleitos municipais se encontravam disponíveis para prestar os esclarecimentos necessários, reafirmando que essa era também uma das funções para as quais haviam sido eleitos.

----- **Relativamente à questão da desinfestação e desinfeção**, a Senhora Presidente, Marta Prates, informou que havia solicitado o apoio dos serviços técnicos, tendo sido prestados os esclarecimentos necessários, passando, de seguida, a indicar os mesmos. Foi informado que o contrato celebrado com a empresa responsável pelos serviços de desinfestação e desinfeção prevê oito ações gerais de desinfestação, destinadas designadamente ao controlo de ratos e baratas, complementadas por ações pontuais de reforço, realizadas semanalmente em função das necessidades identificadas. -----

----- Foi ainda esclarecido que a última ação geral de desinfestação havia sido realizada na última semana de julho e que a próxima estava prevista para o início de setembro. Informou, igualmente, que durante a semana em curso já haviam sido realizadas ações pontuais de reforço, estando previstas novas intervenções pontuais para a semana seguinte. -----

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu que, na sequência dos esclarecimentos prestados, foi reconhecido o esforço adicional que estava a ser desenvolvido nesta matéria, considerando que a situação justificava uma intervenção urgente e continuada. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, referiu que o Município tem igualmente vindo a receber informações e alertas dos munícipes relativamente a estas situações, procurando atuar em função das ocorrências reportadas. Assegurou que a situação se encontrava controlada e que, sempre que fosse identificada qualquer situação que pudesse ultrapassar os níveis considerados aceitáveis, os serviços municipais atuariam de imediato, conforme demonstrado pela resposta técnica apresentada. ----------

----- De seguida, relativamente à **publicação das atas das reuniões da Câmara Municipal**, a Senhora Presidente, Marta Prates, recordou que, na última reunião em que o assunto havia sido abordado, tinha sido dada indicação imediata para que todas as atas pendentes fossem publicadas. Mais informou que, de acordo com a informação disponível, as atas já se encontravam nos serviços competentes para efeitos de publicação. ----------

----- **Relativamente ao pedido apresentado pelo grupo "Monsaraz a Caminhar"**, referente à classificação das Ladeiras de Monsaraz como de interesse público, foi esclarecido pela Senhora Vereadora Dina Simão que o pedido se encontrava em apreciação pelos serviços municipais competentes, designadamente, pelos serviços da área do património histórico e pela Senhora Arqueóloga do Município. ----------

----- A Senhora Vereadora Dina Simão explicou que a classificação de interesse público é uma competência do Estado Português, não cabendo à Câmara Municipal proceder a essa classificação. O Município poderá, contudo, atribuir classificação de interesse municipal. Foi ainda salientado que as Ladeiras de Monsaraz já se encontram abrangidas pela Zona Especial de Proteção (ZEP) de Monsaraz, encontrando-se, por essa via, sujeitas ao respetivo regime de proteção. ----- Mais informou que, os serviços municipais estavam a preparar uma resposta formal ao pedido apresentado, prevendo-se que a mesma pudesse ser remetida com brevidade. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu que ainda faltava obter resposta relativamente à questão sobre a iluminação na Rua Dr. Manuel José Caetano Frazão e aos rasgos existentes no pavimento junto ao terminal rodoviário, tendo sido solicitados esclarecimentos sobre o eventual conhecimento ou acompanhamento dessas situações. ----- Mais disse que, no âmbito da questão relacionada com o pedido do grupo "Monsaraz a Caminhar" que a Senhora Vereadora Dina Simão respondeu sobre as Ladeiras de Monsaraz, salientou que a preocupação manifestada não decorria necessariamente da inexistência de resposta técnica, mas sobretudo da ausência de resposta formal dentro dos prazos aplicáveis. Referiu que, quando é dirigida uma comunicação escrita dirigida ao Executivo Municipal, seria importante, pelo menos, proceder à confirmação da sua receção e assegurar o respetivo encaminhamento, tendo sido assinalado que, segundo a informação constante do correio eletrónico recebido, o pedido havia sido apresentado em dezembro e, até ao momento, não tinha sido obtida resposta formal. ----------

----- Em resposta, a Senhora Vereadora Dina Simão esclareceu que a pessoa responsável pelo assunto apenas tinha tido conhecimento formal do pedido através da comunicação entretanto recebida, tendo, a partir desse momento, iniciado as diligências necessárias para a sua apreciação. Referiu, também, que existia conhecimento pessoal do remetente que subscreveu a comunicação, com quem haviam ocorrido diversos contactos, mas que, até então, a questão concreta não lhe havia sido colocada diretamente. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu que a Senhora Vereadora Dina Simão assumiu o pelouro depois dessa data, mas independentemente dos contactos informais existentes, uma comunicação apresentada formalmente deveria seguir o devido circuito administrativo e ser encaminhada para o serviço municipal competente, devendo ser assegurado o cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos. Mais salientou que esta situação constituía um segundo caso em que era suscitada a questão da ausência de resposta escrita a comunicações dirigidas ao Município, tendo sido igualmente referido o caso da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Corval, que teria apresentado uma questão por escrito sem ter obtido resposta formal, embora tivesse, posteriormente, um contacto informal com o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, mas sem que tivesse obtido qualquer resposta. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena sublinhou que a referência a estas situações pretendia constituir um alerta para a necessidade de assegurar o cumprimento dos prazos legais aplicáveis, evitando que questões de natureza administrativa assumissem uma dimensão desnecessária. Mencionou, a título exemplificativo, o prazo dos 10 dias previsto no Código do Procedimento Administrativo para determinadas respostas. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, em resposta, reiterou a existência de uma relação de proximidade entre o Município, as comunidades locais, as juntas de freguesia e as associações do Concelho, salientando que muitos assuntos são habitualmente tratados através de contactos diretos e informais. Mais referiu que, os presidentes das juntas de freguesia e os representantes das associações contactam frequentemente os responsáveis municipais para tratar de assuntos diversos, sendo que essa proximidade permite, em muitas situações, resolver as questões diretamente através de conversas ou contactos pessoais. Reconheceu, contudo, que esta forma de relacionamento poderá fazer com que, em determinadas circunstâncias, não seja remetida de imediato uma resposta formal a uma comunicação escrita, por se considerar que o assunto será posteriormente tratado através de contacto direto. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, admitiu que esse procedimento não constitui a melhor forma de assegurar o adequado tratamento administrativo das questões e foi manifestada a intenção de melhorar essa articulação, garantindo que a proximidade institucional existente não prejudique o cumprimento dos procedimentos formais. ----------

----- Mais disse que, na sequência desta intervenção, foi esclarecido que as questões apresentadas pelo Partido Socialista correspondiam a preocupações relacionadas com duas freguesias do Concelho, designadamente, Corval e Monsaraz.--

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena clarificou que a questão relativa à Freguesia de Corval não havia sido diretamente apresentada pela respetiva Senhora Presidente da Junta de Freguesia ao Partido Socialista, tendo os eleitos municipais procurado obter informação junto daquela entidade relativamente ao ponto de situação, ocasião em que a mesma teria feito referência à ausência de resposta formal. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu compreender a proximidade existente entre as entidades, considerando normal e salutar que assim aconteça, atendendo às responsabilidades que lhes estão atribuídas e à necessária articulação entre as mesmas. Mais referiu que, não obstante essa proximidade, se impunha alguma cautela em determinadas matérias, designadamente, nas questões de natureza administrativa, procedimental e institucional. ---

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, manifestou a intenção de assegurar que a articulação e a colaboração se processassem nos dois sentidos. Mais disse que, relativamente à questão técnica colocada, considerou que a mesma se encontrava devidamente respondida. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena relativamente à questão técnica das Ladeiras de Monsaraz, referiu que existe um caminho já efetuado nesse sentido, em que o Grupo tem feito um trabalho espetacular a nível daquilo que é a preservação das Ladeiras de Monsaraz. Considerou que, havendo esse esforço e uma equipa técnica que dá apoio ao Município, e existindo já um enquadramento decorrente da integração das Ladeiras na Zona Especial de Proteção de Monsaraz, seria pertinente avaliar que outras medidas poderiam ser adotadas para reforçar a proteção e valorização daquele património, considerando esse um objetivo nobre. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, referiu que iria ser solicitado aos serviços municipais que elaborassem a respetiva resposta formal com a maior brevidade possível, tendo a Senhora Vereadora Dina Simão informado, de seguida, que os serviços já se encontravam a trabalhar na preparação da mesma. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou que permaneciam por esclarecer duas questões colocadas ao Senhor Vice-Presidente, relacionadas com a eletricidade e com os rasgos existentes junto ao terminal rodoviário. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, esclareceu que, **no âmbito da intervenção prevista para o terminal rodoviário**, estava contemplada uma atualização e requalificação das redes existentes. Informou que a intervenção ao nível das redes já havia sido realizada, encontrando-se em curso a instalação de novos equipamentos e elementos de iluminação pela E-REDES, com vista à respetiva modernização e melhoria das condições existentes. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena questionou se a intervenção atualmente em curso já contemplava a futura instalação de um ponto de carregamento para autocarros elétricos, procurando saber se todas as infraestruturas necessárias ficariam desde já preparadas ou se seria necessária uma nova intervenção no pavimento.----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, em resposta, esclareceu que a intervenção em curso já contemplava essa necessidade, ficando as infraestruturas preparadas para a futura instalação do referido ponto de carregamento, não estando prevista a realização de novos rasgos no pavimento para esse efeito.----------

----- **Relativamente à questão da iluminação pública**, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, solicitou uma clarificação quanto à situação concreta existente e quanto à referência anteriormente efetuada à necessidade de intervenção na iluminação de toda a Rua Dr. Manuel José Caetano Frazão. De seguida, referiu que seria confirmada a situação junto dos serviços competentes e que, caso se verificasse a existência de alguma anomalia, a mesma seria comunicada de imediato à E-REDES, através dos meios adequados. ----------

----- De seguida, a este propósito, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, salientou que os munícipes também podem comunicar diretamente situações de avaria na iluminação pública, designadamente quando existam postes ou equipamentos de iluminação fundidos, danificados ou com qualquer outra anomalia, através da respetiva linha verde de atendimento da E-REDES. Mais explicou que, o Município sempre que identifica ou recebe informação sobre uma avaria, procede à sua comunicação à entidade responsável, não dispondo de intervenção técnica direta sobre a rede elétrica. -

----- Sublinhou ainda que, nesse domínio, os procedimentos adotados pelos responsáveis municipais são essencialmente os mesmos que podem ser utilizados por qualquer cidadão, consistindo na comunicação da ocorrência à entidade competente, para que esta possa proceder à necessária intervenção. ----------

----- Por fim, a Senhora Presidente, Marta Prates, reiterou que o Município não possui intervenção técnica direta sobre a rede de eletricidade, nem dispõe de competência para executar diretamente essas intervenções, cabendo à entidade responsável pela rede elétrica proceder às reparações e demais trabalhos técnicos necessários. ----------

----- De seguida a Senhora Presidente, Marta Prates, concedeu a palavra à Senhora Vereadora Dina Simão. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz

----- A Senhora Vereadora Dina Simão iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dando conta de

uma notícia que considerou particularmente positiva e aguardada pela população do concelho de Reguengos de Monsaraz, a conclusão e impressão da Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz, que se encontrava impressa e na posse do Município. ----------

----- Referiu que se tratava de um trabalho há muito desejado por todos os Reguenguenses e manifestou a sua satisfação pela concretização do mesmo. Informou que a publicação seria apresentada à população e à comunidade científica e especializada, tendo, contudo, em consideração que o mês de agosto coincide com um período de férias para muitas pessoas, a apresentação seria agendada para o próximo mês de setembro. Acrescentou que, oportunamente, seriam divulgadas a data e a respetiva programação. ----------

----- Na sequência desta intervenção, foi manifestado pela Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, o interesse em que fosse disponibilizado, com a maior brevidade possível, um exemplar da Carta Arqueológica de Reguengos de Monsaraz, de modo a que os Vereadores da bancada do Partido Socialista pudessem conhecer o resultado final de um trabalho que consideravam há muito aguardado. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Exposição na Igreja de Santiago, em Monsaraz, intitulada "Santiago Castelo 2025"

----- A Senhora Vereadora Dina Simão prosseguiu a sua intervenção referindo a inauguração, ocorrida no dia anterior, 6 de agosto de 2026, de uma nova exposição na Igreja de Santiago, em Monsaraz, intitulada "Santiago Castelo 2025". Esclareceu que se tratava de uma exposição de fotografia que integrava parte dos trabalhos distinguidos na IX edição do Prémio Internacional de Fotografia Santiago Castelo 2025 - Euroace, tendo contado, na sua inauguração, com a presença do vencedor, o fotógrafo espanhol António Veiga. ----------

----- Explicou que a referida exposição apresentava diferentes perspetivas sobre o património cultural e natural da Euroregião, constituída pelo Alentejo, Centro de Portugal e Extremadura Espanhola, retratando paisagens, monumentos, tradições, fauna e comunidades destes territórios. Sublinhou que os trabalhos expostos evidenciavam a riqueza e a diversidade patrimonial destas regiões. ----------

----- Informou ainda que, o referido prémio internacional, instituído em 2019, prestava homenagem ao jornalista e poeta espanhol Santiago Castelo. Referiu que, tradicionalmente, a exposição era apresentada inicialmente em Espanha, seguindo-se a sua itinerância pelas restantes regiões integrantes da Euroregião, tendo sido escolhida, no presente ano, Monsaraz como local de apresentação no Alentejo. ----------

----- Acrescentou que a iniciativa era promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e que o prémio tinha, entre outros objetivos, o reforço da cooperação transfronteiriça, através da valorização do património, da cultura e da identidade comum dos territórios integrantes da Euroregião. Informou, por fim, que a exposição permaneceria patente ao público de 6 de agosto a 13 de setembro de 2026. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

"Ler nas Estrelas", no Terraço da Biblioteca Municipal - Observação astronómica ao telescópio

----- A Senhora Vereadora Dina Simão passou a referir algumas iniciativas promovidas pela Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz, para além das atividades desenvolvidas no âmbito do CLDS e dirigidas às crianças e restante público do Concelho. ----------

----- Destacou, em primeiro lugar, a iniciativa "Ler nas Estrelas", organizada, no dia anterior, 6 de agosto de 2026, pela Associação Albireo, realizada no Terraço da Biblioteca Municipal. Explicou que a atividade tinha como objetivo proporcionar a exploração e observação do céu noturno e que a mesma havia registado uma elevada adesão, tendo esgotado as vagas disponíveis. Aproveitou a oportunidade para agradecer e felicitar a Associação Albireo, pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido na promoção da leitura, da literacia e do contacto com os livros. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

"Histórias de Sonho", com Sofia Vieira, na Biblioteca Municipal

----- A Senhora Vereadora Dina Simão referiu que, no dia 26 de julho de 2026, a Biblioteca Municipal de Reguengos de Monsaraz tinha recebido Sofia Vieira, fundadora do projeto "Aqui há Gato", salientando a sua notoriedade junto do público infantil e a sua dinâmica na promoção de conteúdos dirigidos às crianças. Informou que a atividade tinha decorrido durante a manhã e contado com a participação de numerosas crianças e respetivas famílias. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Visita Técnica ao Complexo Arqueológico dos Perdigões

----- A Senhora Vereadora Dina Simão informou que no dia 30 de julho de 2026, a equipa de Turismo havia realizado uma visita técnica ao Complexo Arqueológico dos Perdigões. Considerou que esta iniciativa constituía mais uma ação de qualificação, atualização de conhecimentos e formação da equipa de Turismo, contribuindo para o seu aperfeiçoamento profissional. ----------

----- Nesse contexto, dirigiu um agradecimento aos elementos da equipa de Turismo, salientando a sua disponibilidade e empenho em participar nas iniciativas de formação, mesmo quando alguns dos trabalhadores se encontravam de folga. Manifestou, igualmente, o seu agradecimento à empresa Era Arqueologia pela disponibilidade demonstrada na receção e acompanhamento dos profissionais de Turismo do Município de Reguengos de Monsaraz durante a referida visita. ----

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Reconhecimento às Associações, Comissões e Voluntários nas Festas das Aldeias do Concelho

----- A Senhora Vereadora Dina Simão deixou uma palavra de reconhecimento a todos os intervenientes na organização das festas em honra dos Santos Padroeiros que, durante os meses de verão, se realizavam nas diversas localidades do Concelho. Referiu, em particular, as festas realizadas em Cumeada, em honra de Nossa Senhora da Conceição, e no Campinho, em honra de Nossa Senhora das Dores, salientando que outras festividades continuariam a realizar-se durante

os meses de agosto e setembro. ----------

----- Expressou o seu reconhecimento e os parabéns às comissões organizadoras, aos voluntários e a todos quantos, através da sua dedicação, empenho e espírito de comunidade, contribuíam para a concretização destas festividades. Sublinhou a importância do trabalho desenvolvido, muitas vezes de forma discreta, por aqueles que asseguram a organização, preparação e realização das festas, considerando-o essencial para a preservação das tradições locais e para o fortalecimento dos laços entre as populações. ----------

----- Destacou ainda que, as festas das aldeias constituíam momentos particularmente importantes de reencontro, atraindo muitas pessoas que residiam fora das localidades e que regressavam para participar nas celebrações. Considerou, por isso, que estas iniciativas continuavam a desempenhar um papel relevante na coesão das comunidades e na transmissão às gerações mais novas dos valores, tradições e elementos identitários que unem as populações. ----------

----- Concluiu a sua intervenção reiterando o agradecimento pelo esforço e dedicação de todos os que contribuíam para a realização das festividades já concretizadas e das que ainda se encontravam previstas, informando que não tinha outros assuntos a acrescentar. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Eclipse Solar - Colaboração do Município com o OLA - Observatório do Lago Alqueva

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, agradeceu aos membros eleitos a sua participação no período antes da ordem do dia, salientando a importância das intervenções realizadas para o esclarecimento dos munícipes. ----------

----- Antes de encerrar o referido período, informou que o Município de Reguengos de Monsaraz se encontrava a preparar um evento de natureza astronómica, a realizar no dia 12 de agosto de 2026, data em que estariam previstos diversos fenómenos astronómicos de particular interesse. ----------

----- Referiu, em particular, a ocorrência de um eclipse solar, que considerou constituir uma oportunidade excecional de observação na região, bem como, a chuva de meteoros das Perseidas e um alinhamento planetário. ----------

----- Informou que o Município de Reguengos de Monsaraz, em colaboração com o OLA - Observatório do Lago Alqueva, e agradecendo desde logo a disponibilidade demonstrada por esta entidade e pelo Senhor Engenheiro Leonel Godinho, iria promover um evento no Parque da Cidade, em Reguengos de Monsaraz, destinado à observação dos fenómenos astronómicos previstos. Explicou que a iniciativa contaria com um telescópio, acompanhamento por um guia especializado e disponibilização de óculos certificados para a observação do eclipse. ----------

----- Esclareceu que as questões relacionadas com os óculos certificados seriam posteriormente tratadas de forma específica, tendo referido, entretanto, que o Observatório do Lago Alqueva havia manifestado a sua disponibilidade para colaborar com a iniciativa, considerando ser sua responsabilidade apoiar favoravelmente ações de divulgação científica no Concelho onde se encontra sediado. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, salientou que o evento não se limitaria à disponibilização do telescópio e à

observação do eclipse, estando prevista uma componente de acompanhamento e divulgação científica destinada a proporcionar à população uma experiência mais completa. Informou que, em Reguengos de Monsaraz, o eclipse teria início às 18.39 horas, atingiria o seu máximo às 19.36 horas e terminaria às 20.28 horas. ----------

----- Acrescentou que o Município divulgaria oportunamente à população todas as informações relativas à iniciativa, designadamente os horários, o local exato da realização e o conjunto de atividades previstas. Informou ainda que estava a ser equacionada a criação de um espaço especificamente destinado às crianças, permitindo que estas pudessem participar na iniciativa e compreender os fenómenos que estariam a ocorrer enquanto os respetivos pais acompanhavam a observação astronómica. ----------

----- Considerou que se trataria de um evento de grande interesse para a população, salientando que o principal objetivo do Município de Reguengos de Monsaraz seria proporcionar aos munícipes uma oportunidade efetiva de assistir aos fenómenos astronómicos previstos, contando, para o efeito, com o apoio técnico de especialistas, através da utilização de equipamento adequado e do acompanhamento de um guia especializado. ----------

----- Por fim, informou que a comunicação pública relativa ao evento seria divulgada brevemente, de modo a permitir que a população pudesse conhecer, antecipadamente, a iniciativa e preparar a sua participação. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de junho de 2026

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, em ordem ao preceituado no n º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, colocou à aprovação dos membros presentes a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 12 de junho de 2026. ----------

----- A ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 12 de junho de 2026 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida reunião, em ordem do preceituado no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, não tendo votado a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena, uma vez que não esteve presente na referida reunião. ----------

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de 26 de junho de 2026

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Prates, em ordem ao preceituado no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, colocou à aprovação dos membros presentes a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de junho de 2026. ----------

----- Foi deliberado que, a presente ata estaria presente na próxima reunião da Câmara Municipal para apreciação e votação. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

ORDEM DO DIA

Centro Cultural de Outeiro - Arraial Popular

----- A Senhora Vereadora Dina Simão deu conta do conteúdo integral do Pedido de Apoio n.º 42/VDS/2026, por si firmado, em 4 de agosto de 2026, no âmbito do Programa de Apoio a Atividades de Caráter Pontual, formulado pelo Centro Cultural de Outeiro, referente à cedência de apoio material e logístico, para a realização do Arraial Popular, nos dias 21 e 22 de agosto de 2026, em Outeiro, na Freguesia de Monsaraz. ----------

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio formulado pelo Centro Cultural de Outeiro, nos exatos termos aprovados e para o fim ora peticionado. ----------

Despacho de aprovação da alteração n.º 10 ao Plano Plurianual de Investimentos para 2026-2030 e da alteração n.º 10 ao Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz relativo ao ano económico-financeiro de 2026

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, deu conta do Despacho n.º 10/CPA/GP/2026, firmado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 23 de julho de 2026, atinente à alteração n.º 10 ao Plano Plurianual de Investimentos para 2026-2030 e da alteração n.º 10 ao Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz relativo ao ano económico-financeiro de 2026, despacho com o teor que ora se transcreve: ----------

"DESPACHO N.º 10/CPA/GP/2026

Alteração ao Orçamento

Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, no uso da competência delegada pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, na sua reunião ordinária realizada em 06 de novembro de 2025, a que se refere o n.º 1 do artigo 34.º, conjugado com a alínea d), do n.º 1, do artigo 33.º ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e considerando os basilares princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da desburocratização e da necessária eficiência e eficácia da administração pública, inerentes, porque intrínsecos, a um moderno Estado de Direito Democrático,

DETERMINA,

a) *A aprovação da Alteração n.º 10 ao Plano Plurianual de Investimentos e da alteração n.º 10 ao Orçamento do Município de Reguengos de Monsaraz relativo ao corrente ano económico-financeiro de 2026, de acordo com os documentos em anexo;*

b) Dar conhecimento ao Executivo Municipal do teor do presente Despacho, na primeira reunião a realizar após a data da sua prolação;

c) À Divisão de Gestão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução do presente Despacho."

----- Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, informando que a referida alteração se destinava ao normal funcionamento dos serviços municipais, não havendo, na sua perspetiva, nenhum aspeto específico a destacar, mantendo-se, contudo, disponível para prestar quaisquer esclarecimentos que fossem solicitados pelos membros das bancadas. ----------

----- No âmbito da apreciação do ponto, foi solicitada a palavra pela Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, que agradeceu a disponibilidade do Vice-Presidente e informou que pretendia colocar algumas questões relativamente ao documento, considerando que o mesmo contemplava algumas alterações que gostaria de compreender melhor. ---------

----- A primeira questão colocada incidiu sobre as principais alterações contempladas na proposta, tendo sido destacado o reforço de verbas destinado à realização da Exporeg e o reforço da área da Educação, considerados os dois aspetos de maior relevância da alteração. ----------

----- Foi igualmente esclarecido que os reforços orçamentais seriam compensados pela redução de outras dotações, incluindo verbas relativas a despesas com pessoal, não se verificando, desse modo, qualquer alteração do montante global do orçamento municipal. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, no âmbito das despesas com pessoal, se procedia a uma reafectação de verbas, com reforço de determinadas rubricas e correspondente redução noutras. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena referiu que, no que respeita aos valores concretamente envolvidos, foi indicado que seriam retirados € 58.000,00 de uma determinada área, sendo reforçadas outras dotações em € 65.000,00 para a rubrica relacionada com a Exporeg e em € 41.600,00 para a área da Educação. ----------

----- Mais disse que, incidiu sobre o reforço da verba destinada à Exporeg, tendo sido questionado se o aumento resultava de alguma circunstância não prevista inicialmente. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, esclareceu que não seria possível estabelecer uma comparação direta com anos anteriores, uma vez que estava prevista a contratação de um artista cujo cachet seria superior ao habitualmente praticado. Foi, contudo, salientado que a realização do evento permitiria igualmente obter uma receita que não existia anteriormente, sendo objetivo do Município que essa receita contribuísse para compensar o acréscimo de despesa, procurando-se, assim, assegurar o equilíbrio financeiro da iniciativa, e não a obtenção de lucro. ----------

----- Foi ainda referido que, embora não se verificasse alteração do montante global do orçamento, se tornava necessário proceder ao reforço de determinadas dotações em virtude de necessidades que não haviam sido integralmente previstas aquando da elaboração inicial do orçamento. ----------

----- No decurso da discussão, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena abordou a previsão de receitas associada ao evento, tendo sido referido pelo Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, que o valor global poderia situar-se próximo dos € 190.000,00, embora a receita efetiva dependesse do número de participantes e de bilhetes vendidos, não sendo possível determinar antecipadamente esse montante com exatidão.----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, a propósito da realização do evento, e conforme já havia sido solicitado

pela Senhora Vereadora Dina Simão, deixou um apelo à população para que procedesse à aquisição antecipada dos bilhetes. Mais explicou que, apesar de o recinto apresentar uma capacidade considerável, existia um limite máximo de lotação e que o Município pretendia evitar que, designadamente, os munícipes do Concelho ficassem impossibilitados de assistir ao espetáculo por falta de capacidade do recinto. De seguida, esclareceu que os bilhetes poderiam ser adquiridos nos Postos de Turismo de Reguengos de Monsaraz e de Monsaraz, onde o preço seria de € 7,50, bem como, através da plataforma BOL.PT, em que o valor seria acrescido da comissão aplicável, resultando num valor final aproximado de € 8,05, permitindo esta última modalidade a aquisição por pessoas residentes fora do Concelho ou que não pudessem deslocar-se presencialmente. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou ainda que estavam previstos, em princípio, três pontos de entrada no recinto, embora existissem preocupações de natureza operacional relacionadas com a possibilidade de formação de filas. Nesse sentido, considerou importante incentivar a aquisição antecipada dos bilhetes, de modo a agilizar os acessos e evitar constrangimentos no momento de entrada. Referiu que os dados disponíveis demonstravam já a aquisição de bilhetes por pessoas provenientes de diferentes pontos do País e inclusivamente do estrangeiro, evidenciando a vantagem da disponibilização da venda online. ----------

----- Salientou, igualmente, que os concertos com artistas internacionais obedeciam a horários rigorosos, tanto no que respeita ao início como ao final das atuações, por razões relacionadas, designadamente, com as exigências técnicas e profissionais dos artistas. Assim, o espetáculo teria de iniciar-se à hora prevista, não sendo possível atrasar o seu começo em função de eventuais filas de entrada. ----------

----- Reiterou, por conseguinte, o apelo à aquisição antecipada dos bilhetes, de forma a evitar situações em que os munícipes ou outros interessados não conseguissem entrar no recinto ou fossem obrigados a aguardar durante um período prolongado após o início do espetáculo. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Fornecimento de Refeições aos Alunos da Rede Pública do Concelho de Reguengos de Monsaraz (Ensino pré-escolar e Ensino Básico até ao 8.º ano de escolaridade, inclusive) - Anos letivos: 2026/2027 e 2027/2028 e aos Beneficiários de Atividades Não Letivas Municipais, através do Acordo Quadro AQ/80/2025 promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)

----- Usou a palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena esclarecendo que a proposta tinha sido preparada pelos serviços municipais competentes, embora tivesse estado envolvida na fase do processo que deu origem à elaboração da mesma. ----------

----- Por esse motivo, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena solicitou a sua dispensa da intervenção, quer na discussão, quer na votação do assunto, colocando ainda à consideração do Executivo Municipal a possibilidade de se ausentar da sala. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, informou que, embora a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena pudesse ausentar-se caso assim o entendesse, o Executivo Municipal não considerava necessária a sua saída da sala. ----------

----- De seguida, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena solicitou à Senhora Secretária da reunião, que fizesse constar em ata o motivo pelo qual solicitou a escusa. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, solicitou, igualmente, à Senhora Secretária da reunião, que fizesse constar em ata que a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena se disponibilizou para abandonar a sala e que o Executivo Municipal entendeu que não havia necessidade para tal. ----------

----- Seguidamente, a Senhora Vereadora Dina Simão deu conta do conteúdo integral da Proposta n.º 113/GP/2026, firmada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, em 3 de agosto de 2026, referente ao fornecimento de Refeições aos Alunos da Rede Pública do Concelho de Reguengos de Monsaraz (Ensino pré-escolar e Ensino Básico até ao 8.º ano de escolaridade, inclusive) - Anos letivos: 2026/2027 e 2027/2028 e aos Beneficiários de Atividades Não Letivas Municipais, através do Acordo Quadro AQ/80/2025 promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), com o teor que ora se transcreve: ----------

"Proposta n.º 113/GP/2026

Fornecimento de Refeições aos Alunos da Rede Pública do Concelho de Reguengos de Monsaraz (Ensino pré-escolar e Ensino Básico até ao 8. º ano de escolaridade, inclusive) - Anos letivos: 2026/2027 e 2027/2028 e aos Beneficiários de Atividades Não Letivas Municipais, através do Acordo Quadro AQ/80/2025 promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM)

Considerando que:

§ Os Municípios têm como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente no domínio da educação, conforme estatuído no artigo 2.º e alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

§ Nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, compete aos Municípios assegurar a gestão de refeitórios/cantinas dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

§ O contrato para o fornecimento de refeições, celebrado em 2 de setembro de 2024, cessou em maio de 2026, em virtude de ter sido atingido o montante máximo contratualmente previsto;

§ O fornecimento de refeições e lanches no período remanescente, até 21 de agosto de 2026, foi assegurado pela empresa Gertal, mediante recurso a Ajuste Direto ao abrigo do Acordo-Quadro AQ-80/2025 - Refeições Confecionadas - Refeições Escolares, promovido pela Central Nacional de Compras Municipais (CNCM);

§ Existe a necessidade de se iniciar um novo procedimento de contratação pública para fornecimento de refeições para os anos letivos 2026/2027 e 2027/2028, até 31 de agosto de 2028, conforme disposto na comunicação interna n.º 15/GP/2026 de 30 de julho;

§ De acordo com a referida informação são necessários cerca de 313.734 almoços e 73.539 lanches para fornecer Refeições aos Alunos da Rede Pública do Concelho de Reguengos de Monsaraz (Ensino pré-escolar e Ensino Básico até ao 8.º ano de

escolaridade, inclusive) - Anos letivos: 2026/2027 e 2027/2028 e aos Beneficiários de Atividades Não Letivas Municipais, nomeadamente:

- *Escola Básica de Outeiro; Jardim de Infância de Outeiro;*
- *Escola Básica de Corval; Jardim de Infância de Corval;*
- *Escola Básica de Perolivas; Jardim de Infância de Perolivas;*
- *Jardim de Infância de Caridade;*
- *Escola Básica de Campinho; Jardim de Infância de Campinho;*
- *Escola Básica de S. Marcos do Campo; Jardim de Infância de S. Marcos do Campo;*
- *- Escola Básica Manuel Augusto Papança; Jardim de Infância de Reguengos de Monsaraz;*
- *Escola Básica António Gião em Reguengos de Monsaraz;*
- *Aos adultos/agentes educativos ou outros funcionários públicos, conforme Portaria n.º 421/2012 de 04 de setembro que pretendam esse serviço, mediante aquisição prévia de senha.*
- *Atividades pontuais do Municipio e auditoria ao serviço.*
- *Ainda efetuar o fornecimento de almoço nas pausas letivas:*
- *No Natal, Páscoa e Verão às crianças que frequentam as Atividades de Animação e Apoio à Família, e aos beneficiários de ASE a frequentar os vários níveis de ensino e que assim o pretendam;*
- *Na Páscoa e Verão às crianças e adolescentes que participem no Programa Municipal "Férias Divertidas" que integra as atividades Mais Páscoa - Férias em cheio e Mais Verão - Férias em cheio, por vezes há a necessidade de ajustar as refeições para a versão "Takeaway" quando o local das atividades não tenha refeitório;*
- *Fornecimento de almoço para adultos/seniores em atividades intergeracionais e outras não intergeracionais no âmbito da Bandeira Azul e do Programa Seniores a Mexer do MRM, por vezes na versão "Takeaway" quando o local das atividades não tenha refeitório;*
- *Fornecimento do lanche, durante todo o ano letivo de 2026-2027 e seguinte às crianças que frequentam as Atividades de Apoio e Animação à Família de Reguengos de Monsaraz;*
- *Fornecimento do lanche nas pausas letivas da Páscoa e do Verão às crianças e adolescentes que frequentem o Programa Municipal "Férias Divertidas" que integra as atividades Mais Páscoa - Férias em cheio e Mais Verão - Férias em cheio, e aos beneficiários de ASE a frequentar os vários níveis de ensino e que que assim o pretendam.*
- *Fornecimento de lanche para adultos/seniores em atividades intergeracionais e outras não intergeracionais no âmbito da Bandeira Azul e do Programa Seniores a Mexer do MRM;*
- *Fornecer em alguns dias de Ementa Especial sem encargos adicionais - comemoração de datas festivas e dias temáticos a definir com o Município de Reguengos de Monsaraz (Dia Mundial da Alimentação, Natal, Páscoa, Dia da Criança, entre outras).*

§ A presente aquisição de serviços será realizada ao abrigo do Acordo-Quadro da Central Nacional de Compras Municipais (CNCM) - AQ-80/2025, cujos bens e serviços se encontram distribuídos por diversos lotes, designadamente os lotes 82, 83, 84 e 85, correspondentes às tipologias de refeições e lanches previstas nos seguintes termos:

Lote	Designação	Quantidade	Valor Unitário (não inclui IVA)
82	Lanche Meio da Manhã	22320	0,48 €
83	Almoço pré-escolar e 1.º Ciclo	230598	2,47 €

84	*Almoço 2.º/3.º Ciclo e Ensino Secundário*	*83136*	*2,92 €*
85	*Lanche da Tarde*	*51219*	*0,48 €*

§ Não obstante a existência de vários lotes no referido Acordo-Quadro, a entidade adjudicante considera justificado celebrar um único contrato, nos termos do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos,

§ Com efeito, a divisão da contratação por lotes revelaria graves inconvenientes para a prossecução do interesse público, uma vez que as prestações objeto da contratação apresentam uma forte interdependência técnica, funcional e operacional. O fornecimento das diferentes tipologias de refeições e lanches integra um único serviço de alimentação escolar, cuja gestão exige uma coordenação uniforme, procedimentos operacionais harmonizados e uma articulação permanente entre todas as prestações contratadas,

§ Assim, a celebração de um único contrato mostra-se a solução mais adequada e proporcional à satisfação das necessidades da entidade adjudicante, assegurando uma gestão contratual mais eficiente, uma execução integrada e coerente das prestações e uma maior garantia da continuidade e qualidade do serviço público de alimentação escolar, verificando-se, deste modo, os pressupostos previstos no artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos para afastar a divisão da contratação em contratos autónomos;

§ Em ordem ao preceituado no n.º 4 do artigo 17.º do Código dos Contratos Públicos refira-se que o valor do contrato foi fixado com base nos custos máximos unitários por cada Lote definidos no Acordo-Quadro CNCM - AQ-80/2025 para fornecimento de refeições escolares;

§ Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço total base que corresponde ao montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, fixa-se em € 847.633, 39, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

§ A despesa insere-se na rubrica orçamental 1001 02022505 fixando-se a despesa de 154.606,86 € € para o ano de 2026, de 418.209, 16 € para o ano de 2027, de 274.817,37 € para o ano 2028. Aos valores indicados, acresce o IVA à taxa legal em vigor;

§ A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), baseia-se na necessidade de assegurar o regular fornecimento de refeições aos alunos, garantindo a continuidade de um serviço essencial ao funcionamento das atividades educativas e de apoio à família, uma vez que o Município não dispõe de meios próprios suficientes para assegurar diretamente a prestação do referido serviço, revelando-se necessária a contratação externa especializada;

§ Para o efeito, opta-se pelo procedimento de Ajuste Direto utilizando o Acordo Quadro com a CNCM, uma vez que este procedimento permite aceder a condições já previamente negociadas, que oferecem preços muito competitivos ao mercado atuai;

§ A adoção do Acordo-Quadro CNCM - AQ-80/2025 revela-se adequada por potenciar a eficiência e a celeridade dos procedimentos de contratação pública, bem como a otimização dos recursos públicos, assegurando condições técnicas e económicas compatíveis com a prossecução do interesse público e proporcionais às necessidades municipais previstas para os anos letivos em referência;

§ Assim, a Central de Compras permite aos Municípios e demais entidades públicas locais que dela fazem parte usufruir de múltiplas vantagens, nomeadamente a otimização dos prazos de aquisição e o acesso a bens e serviços a preços mais competitivos;

§ Desde 29 de maio de 2024 que o Município pode ter acesso à Central Nacional de Compras Municipais (CNCM), pois foi nesta data outorgado o Contrato de Adesão;

§ Importa referir que as entidades adjudicantes aderentes à CNCM não ficam obrigadas a celebrar contratos ao seu abrigo, podendo

beneficiar livremente da central de compras.

Termos em que somos a propor ao executivo municipal:

a) Aprovar a decisão de contratar e autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no âmbito das competências definidas na alínea f), n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de junho, e em articulação com o estabelecido no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos;

b) Determinar que a contratação do fornecimento de refeições escolares seja realizada mediante procedimento de Ajuste Direto ao abrigo do Acordo-Quadro CNCM - AQ-80/2025, em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º e no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos.

c) Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

d) Fixar o preço base no valor de € 847.633,39, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

e) Firmar o prazo de execução máximo de 24 meses correspondente aos anos letivos 2026/2027 e 2027/2028, período compreendido entre 1 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028;

f) Em ordem ao estabelecido no artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, determinar que a contratação para o fornecimento de refeições não seja efetuada por lotes, com base na fundamentação exposta;

g) Designar o Gestor de Contrato, Esmeralda Lucena, técnica superior no serviço da Educação, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos;

h) Determinar ao Gabinete de Contratação Pública inserido na Divisão de Contratação Pública e Desenvolvimento Económico a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que vier a recair sobre a presente proposta.»

----- Após a apresentação da proposta, a Senhora Presidente, Marta Prates, salientou a dimensão do procedimento em causa, chamando a atenção para os números envolvidos no fornecimento de refeições escolares. Referiu que, para os anos letivos de 2026/2027 e 2027/2028, o Município de Reguengos de Monsaraz se encontrava a contratar o fornecimento de mais de 313.700 almoços e de cerca de 73.500 lanches, num valor superior a € 800.000,00. ----------

----- Considerou importante dar conhecimento destes valores à população, uma vez que a dimensão do serviço e os respetivos encargos nem sempre são facilmente percecionados. Sublinhou que o número de refeições previsto representava uma operação de grande dimensão e implicava um processo logístico significativo.----------

----- A Senhora Presidente manifestou, por isso, o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido na recolha dos dados, no levantamento das necessidades, na preparação da proposta e na elaboração do procedimento, destacando, em particular, o trabalho realizado pelo Serviço de Educação e pelo Serviço de Contratação Pública. ----------

----- Aberta a discussão da proposta, não foram apresentadas questões ou pedidos adicionais de esclarecimento. -------

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, tendo a Senhora Vereadora Esmeralda Maria Rosado Fama Lucena pedido escusa, nos termos do artigo 73.º do Código do Procedimento Administrativo: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 113/GP/2026; ----------

----- b) Aprovar a decisão de contratar e autorizar a realização da despesa inerente ao contrato a celebrar no âmbito das

competências definidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e em articulação com o estabelecido no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos; ----------

----- c) Determinar que a contratação do fornecimento de refeições escolares seja realizada mediante procedimento de Ajuste Direto ao abrigo do Acordo-Quadro CNCM - AQ-80/2025, em conformidade com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º e no artigo 258.º do Código dos Contratos Públicos; ----------

----- d) Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.˚ do Código dos Contratos Públicos conjugado com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

----- e) Fixar o preço base no valor de € 847.633,39, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

----- f) Firmar o prazo de execução máximo de 24 meses correspondente aos anos letivos 2026/2027 e 2027/2028, período compreendido entre 1 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2028; ----------

----- g) Em ordem ao estabelecido no artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos, determinar que a contratação para o fornecimento de refeições não seja efetuada por lotes, com base na fundamentação exposta; ----------

----- h) Designar o Gestor de Contrato, Esmeralda Lucena, Técnica Superior no Serviço da Educação, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos; ----------

----- i) Determinar ao Gabinete de Contratação Pública inserido na Divisão de Contratação Pública e Desenvolvimento Económico, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação camarária. ----------

Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais) para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, deu conta do conteúdo integral da Proposta n.º 114/GP/2026, por si firmada em 3 de agosto de 2026, referente à abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais) para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais, com o teor que ora se transcreve: ----------

"Proposta n.º 114/GP/2026

Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 4 (quatro) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais) para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais

Considerando:

§ Que o Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2026, aprovado por deliberações tomadas na reunião de Câmara de 23/12/2025 e na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2025, contempla quatro postos de trabalho não ocupados (vagos) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira de Assistente Operacional, categoria de Assistente Operacional;

§ Que o Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2026 foi aprovado por deliberações tomadas nas reuniões de Câmara de 6 de fevereiro de 2026 e de 19 de fevereiro de 2026;

§ Que de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o órgão ou serviço da Administração Pública pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

§ Que atualmente a Subunidade Orgânica Piscinas Municipais na área de atividade, serviços gerais, apenas tem três assistentes operacionais, não dando a resposta necessária às diversas solicitações tais como: proceder à limpeza das instalações desportivas municipais como piscinas municipais, pavilhão desportivo, campos de ténis e demais equipamentos desportivos bem como prestar o apoio logístico aos eventos desportivos promovidos pela autarquia;

§ Que importa o Município ter ao seu serviço o número de recursos humanos indispensáveis para responder com eficácia e eficiência às solicitações naquele domínio de atividade,

§ Que em cumprimento do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi consultada a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), a qual informou, que a Entidade Gestora da Requalificação (EGRA) não se encontra constituída. Nestes termos, e ao abrigo do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, a autarquia constitui-se como entidade gestora subsidiária, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal emitido declaração, em 03/08/2026 a atestar a inexistência de pessoal em requalificação no Município de Reguengos de Monsaraz; (Anexo 1 e Anexo 2)

§ Que não existem reservas internas de recrutamento constituídas no próprio órgão nos postos de trabalho em referência, conforme previsto no n.º 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e conforme se atesta pela declaração da Senhora Presidente da Câmara Municipal de 03/08/2026; (Anexo 3)

§ Que os encargos com o recrutamento em causa estão previstos no orçamento da autarquia, conforme cabimentação da despesa efetuada no início do ano;

§ Que a refenda carência, que se traduz em necessidade permanente do respetivo serviço, fundamenta a autorização de abertura do procedimento concursal para preenchimento dos postos de trabalho vagos na carreira e categoria de Técnico Superior, com vista a constituição de vínculo através de procedimento concursal comum, tal como caraterizado no nosso mapa de pessoal e identificado sumariamente no quadro seguinte:

atribuições/competências/atividades	***Carreira / categoria***	***área de formação académica e/ou profissional***	***N.º vagas***	***Subunidade Orgânica***
Proceder à limpeza das instalações desportivas municipais utilizando os instrumentos e produtos adequados para o efeito (piscinas municipais, pavilhão desportivo, campos de ténis e outros equipamentos desportivos); apoio logístico aos eventos desportivos promovidos pela autarquia; executar outras tarefas de natureza operacional que lhe sejam determinadas.	*Assistente Operacional/Assistente Operacional*	*Escolaridade Obrigatória*	*4 (quatro)*	*Piscinas Municipais*

§ Que o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, diploma que procedeu à aplicação e adaptação da Lei n.º 12–A/2008, de 27 de fevereiro, às autarquias locais (remissão que, nos termos do n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, deverá atualmente ser efetuada para a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), determina no n.º 1 do seu artigo 4.º que o recrutamento é precedido de aprovação pelo órgão executivo;

Propõe-se, assim, ao órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que delibere:

a) Aprovar nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), previstos e vagos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos seguintes termos:

i) Carreira: Assistente Operacional.

ii) Categoria: Assistente Operacional.

iii) Nível habilitacional: Escolaridade Obrigatória de acordo com o ano de nascimento.

iv) Serviço a que se destina: Subunidade Orgânica Piscinas Municipais.

v) Remuneração de referência: IP posição remuneratória, nível 5 da TRU.

vi) Caraterização do posto de trabalho: Proceder à limpeza das instalações desportivas municipais utilizando os instrumentos e produtos adequados para o efeito (piscinas municipais, pavilhão desportivo, campos de ténis e outros equipamentos desportivos); apoio logístico aos eventos desportivos promovidos pela autarquia; executar outras tarefas de natureza operacional que lhe sejam determinadas.

vii) Métodos de seleção:

A) *Exceto se afastados por escrito, aos candidatos que, cumulativamente, sejam já titulares da categoria posta a concurso e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de valorização profissional, se tenham por último encontrado, a*

cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho colocado a concurso, os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

A.1.) Obrigatórios: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências;

B) *Para os restantes candidatos:*

B.1.) Obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica.

B.2) Facultativo: Entrevista de Avaliação de Competências.

viii) Prazo para apresentação de candidaturas: 10 dias úteis.

b) Determinar, em cumprimento do n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, que o recrutamento é destinado a candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou que se encontrem em situação de valorização profissional;

c) Autorizar, nos termos do n.º 4 do artigo do artigo 30.º da LTFP e do Mapa Anual de Global de Recrutamento aprovado para o ano de 2026, o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e referidos a alínea anterior;

d) Autorizar, atendendo aos princípios constitucionais da economia, da eficácia e da eficiência da gestão pública, e atendendo à necessidade de provimento dos postos de trabalho, a admissão ao procedimento concursal de candidatos contratados por tempo determinado ou determinável ou sem qualquer vínculo de emprego público, sendo que o recrutamento neste universo de candidatos só funcionará a título subsidiário, no caso dos postos de trabalho não serem providos integralmente por candidatos titulares de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído;

e) Determinar à subunidade orgânica Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, explicou que a Subunidade Orgânica Piscinas Municipais dispunha, à data, apenas de três assistentes operacionais pertencentes ao mapa de pessoal, número considerado insuficiente para dar resposta às diversas solicitações e necessidades inerentes ao funcionamento daquele equipamento municipal. Acrescentou que o serviço era complementado por trabalhadores integrados em programas de emprego. ----------

----- Salientou que o Município de Reguengos de Monsaraz vinha prosseguindo uma política de reforço e estabilização das suas equipas, procurando reduzir progressivamente situações de precariedade laboral e assegurar vínculos de emprego público mais estáveis aos trabalhadores municipais. ----------

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 114/GP/2026; ----------

----- b) Aprovar nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de 4 (quatro) postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), previstos e vagos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos seguintes

termos: ----------

----- i) Carreira: Assistente Operacional.----------

----- ii) Categoria: Assistente Operacional.----------

----- iii) Nível habilitacional: Escolaridade Obrigatória de acordo com o ano de nascimento.----------

----- iv) Serviço a que se destina: Subunidade Orgânica Piscinas Municipais. ----------

----- v) Remuneração de referência: 1.ª posição remuneratória, nível 5 da TRU.----------

----- vi) Caraterização do posto de trabalho: Proceder à limpeza das instalações desportivas municipais utilizando os instrumentos e produtos adequados para o efeito (piscinas municipais, pavilhão desportivo, campos de ténis e outros equipamentos desportivos); apoio logístico aos eventos desportivos promovidos pela autarquia; executar outras tarefas de natureza operacional que lhe sejam determinadas ----------

----- vii) Métodos de seleção: ----------

----- A) Exceto se afastados por escrito, aos candidatos que, cumulativamente, sejam já titulares da categoria posta a concurso e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de valorização profissional, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho colocado a concurso, os métodos de seleção a utilizar são os seguintes: ----------

----- A. 1) Obrigatórios: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências; ----------

----- B) Para os restantes candidatos----------

----- B. 1) Obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica. ----------

----- B.2) Facultativo: Entrevista de Avaliação de Competências. ----------

----- viii) Prazo para apresentação de candidaturas: 10 dias úteis. ----------

----- c) Determinar, em cumprimento do n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, que o recrutamento é destinado a candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou que se encontrem em situação de valorização profissional; ----------

----- d) Autorizar, nos termos do n.º 4 do artigo do artigo 30.º da LTFP e do Mapa Anual de Global de Recrutamento aprovado para o ano de 2026, o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e referidos a alínea anterior; ----------

----- e) Autorizar, atendendo aos princípios constitucionais da economia, da eficácia e da eficiência da gestão pública, e atendendo à necessidade de provimento dos postos de trabalho, a admissão ao procedimento concursal de candidatos contratados por tempo determinado ou determinável ou sem qualquer vinculo de emprego público, sendo que o recrutamento neste universo de candidatos só funcionará a título subsidiário, no caso dos postos de trabalho não serem providos integralmente por candidatos titulares de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente

constituído; ----------

----- f) Determinar à Subunidade Orgânica Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal execução da presente deliberação camarária.

Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Técnico Superior para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, deu conta do conteúdo integral da Proposta n.º 115/GP/2026, por si firmada em 3 de agosto de 2026, referente à abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Técnico Superior para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais, com o teor que ora se transcreve: ---

"Proposta n.º 115/GP/2026

Abertura de procedimento concursal comum de recrutamento para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho, por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na Carreira e Categoria de Técnico Superior para a Subunidade Orgânica - Piscinas Municipais

Considerando:

§ Que o Mapa de Pessoal do Município de Reguengos de Monsaraz para o ano de 2026, aprovado por deliberações tomadas na reunião de Câmara de 23/12/2025 e na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2025, contempla dois postos de trabalho não ocupados (vagos) na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na carreira de Técnico Superior, categoria de Técnico Superior, Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto;

§ Que o Mapa Anual Global de Recrutamentos para o ano de 2026 foi aprovado por deliberações tomadas nas reuniões de Câmara de 6 de fevereiro de 2026 e de 19 de fevereiro de 2026;

§ Que de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o órgão ou serviço da Administração Pública pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal;

§ Que atualmente a Subunidade Orgânica Piscinas Municipais não tem Técnicos Superiores para dar resposta às diversas solicitações tais como: Lecionar as atividades regulares físicas e desportivas promovidas pelo Município, bem como colaborar tanto na coordenação da gestão da Escola Municipal de Natação bem como na gestão de programas desportivos municipais e na organização de eventos desportivos;

§ Que importa o Município ter ao seu serviço o número de recursos humanos indispensáveis para responder com eficácia e eficiência às solicitações naquele domínio de atividade;

§ Que em cumprimento do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, foi consultada a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), a qual informou, que a Entidade Gestora da Requalificação (EGRA) não se encontra constituída. Nestes termos, e ao abrigo do artigo 16.º-A do Decreto-Lei n.º 209/2009, a autarquia constitui-se como entidade gestora subsidiária, tendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal emitido declaração, em 03/08/2026 a atestar a inexistência de

pessoal em requalificação no Município de Reguengos de Monsaraz; (Anexo 1 e Anexo 2)

§ Que não existem reservas internas de recrutamento constituídas no próprio órgão nos postos de trabalho em referência, conforme previsto no n.º 3 do artigo 5.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e conforme se atesta pela declaração da Senhora Presidente da Câmara Municipal de 03/08/2026; (Anexo 3)

§ Que os encargos com o recrutamento em causa estão previstos no orçamento da autarquia, conforme cabimentação da despesa efetuado no início do ano;

§ Que a referida carência, que se traduz em necessidade permanente do respetivo serviço, fundamenta a autorização de abertura do procedimento concursal para preenchimento dos postos de trabalho vagos na carreira e categoria de Técnico Superior, com vista a constituição de vínculo através de procedimento concursal comum, tal como caraterizado no nosso mapa de pessoal e identificado sumariamente no quadro seguinte:

atribuições/competências/atividades	***Carreira/ categoria***	***área de formação académica elou profissional***	***N.º vagas***	***Subunidade Orgânica***
Lecionar as atividades regulares físicas e desportivas promovidas pelo Município; Colaborar na coordenação da gestão da Escola Municipal de Natação; Organização de eventos desportivos; Apoio ao Associativismo Desportivo do concelho; Colaboração e gestão de programas desportivos municipais; Participar no planeamento, organização e no desenvolvimento de projetos desportivos.	*Técnico Superior/Técnico Superior*	*Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto*	*2 (dois)*	*Piscinas Municipais*

§ Que o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, diploma que procedeu à aplicação e adaptação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, às autarquias locais (remissão que, nos termos do n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, deverá atualmente ser efetuada para a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), determina no n.º 1 do artigo 4.º que o recrutamento é precedido de aprovação pelo órgão executivo;

Propõe-se, assim, ao órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 30.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que delibere:

a) Aprovar nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto), previstos e vagos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos seguintes termos:

i) Carreira: Técnico Superior.

ii) Categoria: Técnico Superior.

iii) Nível habilitacional: Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto

iv) Serviço a que se destina: Subunidade Orgânica Piscinas Municipais

v) Remuneração de referência: IP posição remuneratória, nível 16 da TRU

vi) Caraterização dos postos de trabalho: Lecionar as atividades regulares físicas e desportivas promovidas pelo Município; Colaborar na coordenação da gestão da Escola Municipal de Natação; Organização de eventos desportivos; Apoio ao Associativismo Desportivo do concelho; Colaboração e gestão de programas desportivos municipais; Participar no planeamento, organização e no desenvolvimento de projetos desportivos.

vii) Métodos de seleção:

A) Exceto se afastados por escrito, aos candidatos que, cumulativamente, sejam já titulares da categoria posta a concurso e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de valorização profissional, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho colocado a concurso, os métodos de seleção a utilizar são os seguintes:

A.1) Obrigatórios: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências;

B) Para os restantes candidatos:

B.1) Obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica; e

B.2) Facultativo: Entrevista de Avaliação de Competências.

viii) Prazo para apresentação de candidaturas: 10 dias úteis.

b) Determinar, em cumprimento do n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, que o recrutamento é destinado a candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou que se encontrem em situação de valorização profissional;

c) Autorizar, nos termos do n.º 4 do artigo 30.º da LTFP e do Mapa Anual de Global de Recrutamento aprovado para o ano de 2026, o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e referidos a alínea anterior;

d) Autorizar, atendendo aos princípios constitucionais da economia, da eficácia e da eficiência da gestão pública, e atendendo à necessidade de provimento dos postos de trabalho, a admissão ao procedimento concursal de candidatos contratados por tempo determinado ou determinável ou sem qualquer vínculo de emprego público, sendo que o recrutamento neste universo de candidatos só funcionará a título subsidiário, no caso dos postos de trabalho não serem providos integralmente por candidatos titulares de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído;

e) Determinar à subunidade orgânica Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta."

----- Usou a palavra a Senhora Presidente, Marta Prates, para explicar que a abertura destes procedimentos tinha por fundamento os lugares disponíveis previstos no mapa de pessoal e a necessidade de assegurar os recursos humanos indispensáveis ao adequado funcionamento e à eficácia das atividades desenvolvidas pelo Município.----------

----- Sublinhou que o objetivo, no caso das Piscinas Municipais, era constituir progressivamente uma equipa fixa e estável,

reduzindo a dependência de soluções de trabalho precário. Nesse sentido, a estrutura pretendida passaria a integrar dois técnicos superiores e quatro assistentes operacionais de serviços gerais, embora reconhecesse que o processo de estabilização das equipas municipais não ficaria integralmente concluído com estas contratações, representando, contudo, mais um passo nesse sentido. ----------

----- De seguida, a Senhora Presidente, Marta Prates, questionou, então, o Senhor Vice-Presidente, responsável pela área das Piscinas Municipais, sobre a eventual existência de algum aspeto adicional a acrescentar relativamente aos procedimentos concursais em apreciação. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente reforçou que estas propostas se enquadravam num trabalho que vinha sendo desenvolvido transversalmente nos diversos serviços municipais, tendo como objetivo o fortalecimento das equipas e a substituição progressiva de situações de precariedade por vínculos mais estáveis. Salientou que se pretendia, dessa forma, garantir melhores condições de estabilidade e perspetivas de futuro às pessoas que trabalham no Município de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, acrescentou que a Proposta n.º 115/GP/2026 poderia ser entendida como uma medida de boa gestão pública, na medida em que procurava adequar os recursos humanos às necessidades permanentes do serviço e consolidar a estrutura da equipa das Piscinas Municipais. ----------

----- Aberta a discussão da Proposta n.º 114/GP/2026 e da Proposta n.º 115/GP/2026, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena manifestou concordância relativamente à Proposta n.º 114/GP/2026, considerando evidente a necessidade de reforço dos recursos humanos das Piscinas Municipais e de estabilização da respetiva equipa. Mais salientou que, o recurso a trabalhadores integrados em programas ou soluções de natureza transitória não constituía uma resposta adequada às necessidades permanentes do serviço, pelo que, se considerava pertinente proceder à regularização e estabilização da situação através do recrutamento de trabalhadores para lugares previstos no mapa de pessoal. ---------

----- Relativamente à Proposta n.º 115/GP/2026, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena manifestou uma posição distinta, tendo sido levantadas dúvidas quanto à priorização e urgência da abertura de dois postos de trabalho de Técnico Superior para as Piscinas Municipais, esclarecendo que a posição assumida não decorria de qualquer oposição à área do Desporto ou ao reforço da equipa das Piscinas Municipais, mas antes de uma avaliação das prioridades existentes, à data, no conjunto dos serviços municipais. Nesse contexto, considera diversas áreas mais fragilizadas ao nível do quadro de pessoal para as quais não se verifica esta urgência na contratação de técnicos superiores. Foi apontada, designadamente, a situação da Divisão Jurídica, que se encontrava a funcionar sob a responsabilidade de uma Chefe de Divisão e com uma equipa avençada. Foi, igualmente, mencionada a Divisão Financeira, que havia perdido, recentemente, uma Técnica, encontrando-se a respetiva Chefe de Divisão apoiada apenas por um Técnico Superior. Foi ainda referida a área da Proteção Civil, onde se verificava a ausência de Coordenador, sendo que, recentemente houve a integração de uma Técnica nesse Gabinete, que lhe parece ser uma urgência e necessidade. Na área da Informática e Cibersegurança, considerada, igualmente, uma área particularmente sensível, onde existe um Coordenador e um

Técnico Superior que se encontra em situação de licença sem vencimento. ----------

----- Por outro lado, relativamente à área do Desporto, foi salientado que esta já dispunha, atualmente, de um Chefe de Unidade, um Coordenador e dois Técnicos Superiores, contando ainda com prestadores de serviços, designadamente no âmbito da Academia do Desporto e das aulas de natação. ----------

----- De seguida, sublinhou que a análise efetuada se centrava especificamente na necessidade de recrutamento de técnicos superiores, não estando em causa qualquer oposição ao reforço das restantes categorias profissionais ou ao crescimento e consolidação da equipa das Piscinas Municipais. ----------

----- Reconheceu o trabalho desenvolvido pelo Senhor Vice-Presidente na consolidação da equipa e na gestão da área sob a sua responsabilidade, bem como, a importância das funções desempenhadas pelos trabalhadores municipais, contudo, foi solicitado à Senhora Presidente e à Senhora Vereadora que, na definição das prioridades de recrutamento, fossem, igualmente, acauteladas outras áreas consideradas essenciais para o funcionamento do Município. ----------

----- Foi também manifestado reconhecimento a todos os trabalhadores municipais, incluindo chefias, técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, pelo trabalho desenvolvido e pelo esforço realizado, muitas vezes para além das suas obrigações profissionais, contribuindo para assegurar o normal funcionamento dos serviços da Câmara Municipal.----------

----- Por fim, esclareceu que, relativamente à Proposta n.º 114/GP/2026, seria manifestado voto favorável, por se considerar plenamente justificada a necessidade de reforçar e estabilizar a equipa das Piscinas Municipais. ----------

----- Quanto à Proposta n.º 115/GP/2026, anunciou a abstenção, não por oposição à contratação dos dois técnicos superiores, mas por se considerar que, no atual contexto, existiriam outras áreas do Município com maior grau de urgência e prioridade ao nível do recrutamento de recursos humanos. ----------

----- Usou a palavra a Senhora Presidente, Marta Prates, referindo que, relativamente ao ponto em questão, se verificavam, sempre, posições divergentes entre as bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata. Esclareceu que, quando o Executivo Municipal recorria a prestações de serviços em situações consideradas urgentes, a bancada do Partido Socialista manifestava reservas, por entender que deveriam ser abertos procedimentos concursais. Por outro lado, quando eram submetidas à Câmara Municipal propostas para abertura de procedimentos concursais, surgiam, igualmente, questões quanto à sua necessidade e oportunidade. Sublinhou, contudo, que, após o esclarecimento das razões concretas que fundamentavam cada contratação, seria possível compreender a opção do Executivo Municipal. ----------

----- A Senhora Presidente informou, de seguida, que o Executivo Municipal vinha realizando reuniões e pontos de situação regulares com os serviços municipais, designadamente, com o Gabinete Jurídico e com os Recursos Humanos, tendo sido analisadas as necessidades de pessoal e os procedimentos concursais a promover. Nesse âmbito, referiu que, e após reunião com a Chefe de Unidade, Dra. Cátia Lopes, estavam previstos ou em preparação procedimentos para diversas áreas, designadamente, a Divisão Jurídica, a Divisão Financeira, a Informática, a Educação, o Turismo, a

Ação Social e o Balcão Único, salientando que alguns procedimentos já se encontravam em curso.----------

----- No que respeita à área da Informática, esclareceu que o procedimento em curso se destinava à contratação de técnicos e não à área específica da cibersegurança, uma vez que esta última se encontrava assegurada através de um serviço externo contratado pelo Município.----------

----- Explicou que, estando a cibersegurança atualmente externalizada, não faria sentido duplicar custos para o Município através da contratação de recursos internos para a mesma finalidade, mantendo-se a solução de outsourcing considerada adequada à dimensão do Município de Reguengos de Monsaraz. ----------

----- Usou a palavra a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena reiterando que as suas afirmações se relacionam apenas com Técnicos Superiores e muitos dos concursos referidos pela Senhora Presidente são para Assistentes Técnicos. ----------

----- De seguida, e relativamente às restantes áreas, a Senhora Presidente, Marta Prates, informou que se encontrava, igualmente, em curso uma mobilidade para o Balcão Único e que estavam a ser desenvolvidos procedimentos destinados às áreas da Educação, Turismo e Ação Social. Referiu ainda que, oito assistentes operacionais se encontravam em fase final do respetivo procedimento, estando prevista a realização da última prova na semana seguinte, de modo a que pudessem estar em condições de celebrar contrato no início do ano letivo. Acrescentou que o mapa de pessoal para 2026 contemplava vinte vagas previstas para assistentes operacionais, tendo, numa primeira fase, sido aberto procedimento para oito lugares.----------

----- Quanto à Proteção Civil, a Senhora Presidente, Marta Prates, informou que havia sido identificada a necessidade de reforçar a respetiva equipa, estando esta matéria a ser analisada. Acrescentou que se encontrava, igualmente, em curso um procedimento na área da Administração Geral e um outro na área da Contabilidade, bem como, diligências para o preenchimento de um lugar nos Recursos Humanos, na sequência da saída de um elemento daquele serviço, por aposentação. ----------

----- A Senhora Presidente salientou que o Executivo Municipal tinha vindo a definir as suas prioridades em matéria de recursos humanos de forma articulada, tendo como objetivos o reforço dos serviços municipais, a redução da precariedade laboral e a fixação de trabalhadores no Concelho. Referiu que, sempre que as necessidades dos serviços não pudessem ser supridas atempadamente através de procedimentos concursais, nomeadamente, devido à duração e complexidade dos mesmos, o Município recorria, quando necessário, à contratação de prestações de serviços. Esclareceu, contudo, que essa solução era utilizada como resposta a necessidades concretas e temporárias, não constituindo a opção preferencial do Executivo Municipal. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, destacou ainda a utilização de uma nova plataforma para a realização de procedimentos concursais, considerando que a mesma tinha permitido agilizar os processos. Referiu, a título de exemplo, que, num procedimento destinado às escolas, tinham concorrido mais de duzentas pessoas, tendo o processo decorrido sem problemas relevantes, o que considerou demonstrativo do sucesso da nova ferramenta e do trabalho desenvolvido

pelos Recursos Humanos. ----------

----- Na sequência da intervenção da Senhora Presidente, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, prestou esclarecimentos adicionais relativamente à proposta de abertura de procedimento concursal para a contratação de dois técnicos superiores para as Piscinas Municipais. Explicou que a contratação tinha como principal objetivo substituir uma prestação de serviços externa que o Município contratava anualmente para assegurar o funcionamento das atividades das Piscinas Municipais.----------

----- Esclareceu que, atualmente, o Município de Reguengos de Monsaraz recorria a uma empresa externa que disponibilizava dois técnicos para assegurar atividades como natação, hidrobike e hidroginástica. Com a contratação direta de dois técnicos superiores pelo Município, seria possível internalizar essas funções, proporcionando maior estabilidade aos trabalhadores e, simultaneamente, eliminando a necessidade de contratação anual daquele serviço externo. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente salientou que a medida permitiria, assim, reduzir a dependência de prestações de serviços externas e obter uma maior estabilidade na prestação das atividades municipais, mantendo a resposta disponibilizada à população. Acrescentou que os Técnicos Superiores a contratar ficariam integrados no Município e poderiam, de acordo com as necessidades do serviço e as respetivas qualificações, desempenhar outras funções no âmbito da área do Desporto, não ficando necessariamente afetos, em exclusivo, às Piscinas Municipais.----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, esclareceu que os dois técnicos superiores atualmente afetos ao projeto "Seniores a Mexer' se encontravam ocupados a tempo inteiro nesse projeto, não sendo possível assegurar, de forma regular, as atividades das Piscinas Municipais. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, referiu igualmente que, atendendo às necessidades identificadas pelo pelouro do Desporto, poderia vir a justificar-se, futuramente, a contratação de um terceiro técnico superior, embora, no momento, estivesse prevista a abertura de procedimento para dois lugares.----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena questionou quantas pessoas se encontravam atualmente contratadas para assegurar as atividades das Piscinas Municipais, tendo sido esclarecido pelo Senhor Vice-Presidente que a empresa prestadora do serviço disponibilizava dois técnicos, responsáveis pelas aulas de natação, hidrobike e hidroginástica. Foi ainda clarificado que as atividades desenvolvidas nas escolas correspondiam a uma prestação de serviços distinta. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena procurou esclarecer se os dois técnicos a contratar ficariam exclusivamente afetos às Piscinas Municipais ou se poderiam igualmente responder a outras necessidades do Município.

----- Em resposta, o Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, explicou que a intenção imediata era suprir as necessidades das Piscinas Municipais, sem prejuízo de, posteriormente, os técnicos poderem desempenhar outras funções no âmbito do pelouro do Desporto, desde que possuíssem as qualificações adequadas. Foi salientado que nem todos os técnicos teriam necessariamente habilitação ou preparação para assegurar aulas nas Piscinas Municipais, pelo que a afetação

dos trabalhadores dependeria das respetivas competências e das necessidades do serviço. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena explicou que os seus pedidos de esclarecimento tinham como objetivo compreender de forma concreta a necessidade da contratação, evitando interpretações ou pressupostos. Referiu que, tendo em consideração o calendário de funcionamento das Piscinas Municipais e a carga horária associada às atividades de natação, hidroginástica e hidrobike, considerava importante perceber o papel que os novos técnicos iriam desempenhar. ----------

----- Recordou ainda que, anteriormente, tinha tido conhecimento de situações em que técnicos afetos ao projeto "Seniores a Mexer' tinham assegurado aulas nas Piscinas Municipais, em função de escalas de serviço, tendo procurado perceber se a contratação agora proposta se destinava a responder especificamente às necessidades das Piscinas Municipais ou se abrangia outras atividades desportivas.----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena salientou que considerava importante que as propostas submetidas à Câmara Municipal apresentassem, sempre que possível, uma fundamentação suficientemente explícita quanto ao motivo concreto da contratação. Defendeu que essa informação permitiria aos membros da Câmara compreender melhor a necessidade e a oportunidade das propostas e, consequentemente, tomar uma decisão mais esclarecida. ----------

----- Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo Executivo Municipal, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena afirmou ter compreendido a razão concreta da contratação dos dois técnicos superiores, designadamente, a intenção de substituir a prestação de serviços externa atualmente existente nas Piscinas Municipais por trabalhadores integrados no Município de Reguengos de Monsaraz. Referiu que, perante essa explicação, considerava a contratação justificada e manifestou disponibilidade para alterar o seu sentido de voto, inicialmente indicado, caso fossem igualmente consideradas as restantes necessidades de recursos humanos apresentadas pelo Executivo Municipal. ----------

----- A Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena salientou ainda que, tendo em conta a informação prestada quanto aos procedimentos concursais que poderiam ser submetidos à apreciação da Câmara Municipal nas reuniões seguintes, designadamente, para áreas que considerava prioritárias, entendia que a contratação dos dois técnicos superiores para as Piscinas Municipais fazia sentido, na medida em que permitia eliminar uma prestação de serviços externa e conferir maior estabilidade à resposta municipal. ----------

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, reiterou que o Executivo Municipal tinha procedido, em articulação com os serviços, à identificação das necessidades de recursos humanos e que os procedimentos concursais mencionados seriam oportunamente submetidos à Câmara Municipal para deliberação. Considerou que a proposta em apreciação se encontrava devidamente fundamentada e que a necessidade de contratação resultava da área funcional a que os técnicos seriam afetos. Mais referiu que, a abertura de procedimentos concursais constituía uma opção do Executivo Municipal no sentido de assegurar maior transparência, permitindo que os lugares fossem preenchidos através de procedimentos abertos e acessíveis a todos os interessados, sem qualquer intenção de direcionar a contratação para pessoas concretas. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, acrescentou que o Município de Reguengos de Monsaraz vinha promovendo, de forma significativa, a contratação de trabalhadores e incentivou a população do Concelho a acompanhar os procedimentos concursais publicados e a apresentar as respetivas candidaturas. Reafirmou a intenção do Executivo Municipal de continuar a contratar trabalhadores durante o corrente ano e nos anos seguintes, com o objetivo de reforçar os serviços municipais e contribuir para a fixação de pessoas no território. ----------

----- Após os esclarecimentos prestados, a Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena considerou estar esclarecida quanto à finalidade da proposta, reiterando que a sua posição inicial decorrera da falta de informação concreta sobre a necessidade dos dois técnicos superiores. Confirmou que, uma vez esclarecido que a contratação permitiria substituir uma prestação de serviços externa atualmente existente nas Piscinas Municipais, considerava a medida adequada. -----

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 115/GP/2026; ----------

----- b) Aprovar nos termos propostos, a abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhador com vista à constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para ocupação de 2 (dois) postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto), previstos e vagos no Mapa de Pessoal para o ano de 2026, nos seguintes termos:

----- i) Carreira: Técnico Superior. ----------

----- ii) Categoria: Técnico Superior. ----------

----- iii) Nível habilitacional: Licenciatura em Educação Física e Desporto ou Licenciatura em Desporto ou Licenciatura em Educação Física ou Licenciatura Ciências do Desporto. ----------

----- iv) Serviço a que se destina: Subunidade Orgânica Piscinas Municipais. ----------

----- v) Remuneração de referência: 1ª posição remuneratória, nível 16 da TRU. ----------

----- vi) Caraterização dos postos de trabalho: Lecionar as atividades regulares físicas e desportivas promovidas pelo Município; Colaborar na coordenação da gestão da Escola Municipal de Natação; Organização de eventos desportivos; Apoio ao Associativismo Desportivo do Concelho; Colaboração e gestão de programas desportivos municipais; Participar no planeamento, organização e no desenvolvimento de projetos desportivos. ----------

----- vii) Métodos de seleção: ----------

----- A) Exceto se afastados por escrito, aos candidatos que, cumulativamente, sejam já titulares da categoria posta a concurso e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de valorização profissional, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho colocado a concurso, os métodos de seleção a utilizar são os seguintes: ----------

----- A.1) Obrigatórios: Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências; ----------

----- B) Para os restantes candidatos: ----------

----- B.1) Obrigatórios: Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica. ----------

----- B.2) Facultativo: Entrevista de Avaliação de Competências. ----------

----- viii) Prazo para apresentação de candidaturas: 10 dias úteis. ----------

----- c) Determinar, em cumprimento do n.º 3 do artigo 30.º da LTFP, que o recrutamento é destinado a candidatos detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida ou que se encontrem em situação de valorização profissional; ----------

----- d) Autorizar, nos termos do n.º 4 do artigo do artigo 30.º da LTFP e do Mapa Anual de Global de Recrutamento aprovado para o ano de 2026, o recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecido e referidos a alínea anterior; ----------

----- e) Autorizar, atendendo aos princípios constitucionais da economia, da eficácia e da eficiência da gestão pública, e atendendo à necessidade de provimento dos postos de trabalho, a admissão ao procedimento concursal de candidatos contratados por tempo determinado ou determinável ou sem qualquer vinculo de emprego público, sendo que o recrutamento neste universo de candidatos só funcionará a título subsidiário, no caso dos postos de trabalho não serem providos integralmente por candidatos titulares de vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído; ----------

----- f) Determinar à subunidade orgânica Recursos Humanos do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos e materiais inerentes à cabal execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta. ----------

Atribuição do Cartão Social do Munícipe

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, apresentou o conteúdo integral da Proposta n.º 116/GP/2026, por si firmada em 4 de agosto de 2026, referente à atribuição do Cartão Social do Munícipe, com o teor que ora se transcreve: ---------

"Proposta n.º 116/GP/2026

Atribuição do Cartão Social do Munícipe

Considerando:

- *Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os/as portadores/as de deficiência ou reformados/as por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;*
- *Que, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, podem ser beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe, os/as cidadãos/ãs que residam no concelho de Reguengos de Monsaraz há, pelo menos 2 anos e que se enquadrem numa ou mais situações:*

a) ter idade igual ou superior a 65 anos;

b) ter deficiência ou incapacidade igual ou superior a 60%;

c) ser reformado/a por invalidez;

d) pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.

- Que as pessoas indicadas nas alíneas a), b), e c), do n.º 1 do art.º 5.º do citado Regulamento, terão que estar cumulativamente em situação de carência socioeconómica (n.º 2, do art.º 5.º);

- Que foram apresentados no Serviço de Ação Social, 4 (quatro) requerimentos a solicitar a atribuição do Cartão Social do Munícipe e documentos necessários à análise das candidaturas, pelos/as seguintes munícipes:

1. [redacted];

2. [redacted];

3. [redacted];

4. [redacted].

Termos em que propomos ao executivo municipal:

a) Nos termos do disposto no art.º 5.º e no art.º 13.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a atribuição/renovação do Cartão Social, pelos fundamentos seguintes, aos (às) seguintes munícipes:

1. [redacted] *- por pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica;*

2. [redacted] *- por pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica;*

3. [redacted] *- por pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica;*

4. [redacted] *- por pertencer a agregado familiar em situação de carência socioeconómica.*

b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação que recair sob a presente proposta. "

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 116/GP/2026; ----------

----- b) Em consonância, aprovar a atribuição do Cartão Social do Munícipe, nos termos do disposto no artigo 5.º e no artigo 13.º, ambos, do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, aos 4 (quatro) munícipes constantes na Proposta n.º 116/GP/2026, por pertencerem a agregado familiar em situação de carência socioeconómica, nos exatos termos consignados; e, ----------

----- c) Determinar ao Serviço de Ação Social do Município de Reguengos de Monsaraz a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, financeiros e materiais indispensáveis à execução da presente deliberação. ------

Ratificação do Despacho n.º 2/VP/ACS/2026 - Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe

Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

----- A Senhora Vereadora Dina Simão apresentou o conteúdo integral da Proposta n.º 117/GP/2026, firmada pela Senhora Presidente, Marta Prates, em 4 de agosto de 2026, referente à ratificação do Despacho n.º 2/VP/ACS/2026 Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe - Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres, datado de 28 de julho de 2026, com o teor que ora se transcreve: ----------

"Proposta n.º 117/GP/2026

Ratificação do Despacho n.º 2/VP/ACS/2026 — Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe – Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

Considerando:

- *Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os (as) portadores (as) de deficiência ou reformados (as) por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;*
- *Que os (as) titulares do Cartão Social do Munícipe podem ter benefícios através de uma bolsa de ocupação temporária de tempos livres;*
- *Que a ocupação temporária de tempos livres tem como objetivo a ocupação dos (as) beneficiários (as) do Cartão Social do Munícipe na realização de atividades de interesse municipal, mediante a contrapartida de uma bolsa;*
- *Que só poderão ter acesso a esta bolsa de ocupação temporária os (as) possuidores (as) do Cartão Social do Munícipe, desde que não sejam abrangidos (as) por outros regimes ou medidas de apoio social e, apenas uma pessoa por agregado familiar;*
- *Que a medida de ocupação em atividades de interesse municipal tem uma duração mínima de um (1) mês e uma duração máxima de seis (6) meses;*
- *Que os (as) beneficiários (as) do Cartão Social do Munícipe poderão ser integrados(as) em diversas áreas de atuação da competência do Município, tais como: Património e Cultura, designadamente, eventos organizados elou apoiados pelo Município; Desporto; Saúde; Ação Social; Ambiente e Proteção Civil; Apoio a Idosos (as) e Crianças; Manutenção de equipamentos e espaços públicos e outras áreas de reconhecido interesse municipal;*
- *Que para o ano de 2026, foi determinado nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a fixação do valor de 600,00 €, como montante mensal, da bolsa de ocupação temporária de tempos livres, num máximo de 50 beneficiários (as), por ano;*
- *Que existe uma beneficiária do Cartão Social do Munícipe, tal como todos (as) os (as) beneficiários (as) desta medida, que aufere de todos os benefícios previstos no Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe de Reguengos de Monsaraz;*
- *Que a beneficiária não se enquadra nas ofertas de emprego existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz, à presente data;*
- *Que a sua situação económica se encontra bastante fragilizada, uma vez que, os rendimentos apresentados pelo agregado familiar, se referem apenas ao vencimento mensal do seu cônjuge;*
- *Que as despesas apresentadas pela munícipe, se referem aos pagamentos de renda de casa, água, luz, gás, saúde, educação e alimentação;*
- *Que, tendo em conta os basilares princípios da legalidade, da autonomia local, da descentralização e desconcentração de competências, da subsidiariedade, da prossecução do interesse público, da desburocratização e da necessária eficiência da administração pública, inerentes, porque intrínsecos, a um moderno Estado de Direito Democrático;*
- *Que na impossibilidade manifesta, de facto e de direito, de reunir, ainda que extraordinariamente, o Executivo Municipal, estando presentes a maioria dos seus membros.*

Termos em que propomos ao executivo municipal:

a) A ratificação e confirmação do Despacho n.º 2/VP/ACS/2026, de 28 de julho de 2026, proferido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou,

entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o qual se anexa e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos;

b) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sobre a presente proposta. "

----- Outrossim, o Despacho n.º 2/VP/ACS/2026, de 28 de julho de 2026, proferido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, que ora se transcreve: ----------

"Despacho n.º 2/VP/ACS/2026

Atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe — Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

Francisco José Cardoso Grilo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, no uso da competência subdelegada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, através do Despacho n.º 15-A/GP/2025, de 7 de novembro de 2025, na sequência da competência delegada pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, na sua reunião ordinária realizada em 6 de novembro de 2025, a que se refere o n.º 1 do artigo 34.º conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 34.º ambos, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e considerando os basilares princípios da legalidade, da prossecução do interesse público, da desburocratização e da necessária eficiência e eficácia da administração pública, inerentes, porque intrínsecos, a um modelo de Estado de Direito Democrático e,

Considerando:

- *Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os/as podadores/as de deficiência ou reformados/as par invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;*
- *Que os/as titulares do Cartão Social do Munícipe podem ter benefícios através de uma bolsa de ocupação temporária de tempos livres;*
- *Que a ocupação temporária de tempos livres tem como objetivo a ocupação dos/as beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe na realização de atividades de interesse municipal, mediante a contrapartida de uma bolsa;*
- *Que só poderão ter acesso a esta bolsa de ocupação temporária os/as possuidores/as do Cartão Social do Munícipe, desde que não sejam abrangidos/as por outros regimes ou medidas de apoio social e, apenas uma pessoa por agregado familiar;*
- *Que a medida de ocupação em atividades de interesse municipal tem uma duração mínima de um (1) mês e uma duração máxima de seis (6) meses;*
- *Que os/as beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe poderão ser integrados(as) em diversas áreas de atuação da competência do Município, tais como: Património e Cultura, designadamente, eventos organizados e/ou apoiados pelo Município; Desporto; Saúde; Ação Social; Ambiente e Proteção Civil; Apoio a Idosos/as e Crianças; Manutenção de equipamentos e espaços públicos e outras áreas de reconhecido interesse municipal;*
- *Que para o ano de 2026, foi determinado nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a fixação do valor de 600,00 €, como montante mensal, da bolsa de ocupação temporária de tempos livres, num máximo de 50 beneficiários (as), por ano;*
- *Que existe uma beneficiária do Cartão Social do Munícipe, tal como todos (as) os (as) beneficiários (as) desta medida, que aufere de todos os benefícios previstos no Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe de Reguengos de Monsaraz;*
- *Que a beneficiária não se enquadra nas ofertas de emprego existentes no concelho de Reguengos de Monsaraz, à presente data;*

- *Que a sua situação económica se encontra bastante fragilizada, uma vez que, os rendimentos apresentados pelo agregado familiar, se referem apenas ao vencimento mensal do seu cônjuge;*
- *Que as despesas apresentadas pela munícipe, se referem aos pagamentos de renda de casa, água, luz, gás, saúde, educação e alimentação;*
- *Que, tendo em conta os basilares princípios da legalidade, da autonomia local, da descentralização e desconcentração de competências, da subsidiariedade, da prossecução do interesse público, da desburocratização e da necessária eficiência da administração pública, inerentes, porque intrínsecos, a um moderno Estado de Direito Democrático;*
- *Que na impossibilidade manifesta, de facto e de direito, de reunir, ainda que extraordinariamente, o Executivo Municipal, estando presentes a maioria dos seus membros;*

DETERMINA,

a) A integração da munícipe ([redacted]), na medida Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres, prevista no Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, de acordo com o artigo 23.º e seguintes, pelo período de 6 meses, sendo a situação reavaliada, após o términus desta bolsa de integração;

b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão Financeira do Municipio de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução deste Despacho;

c) A submissão do presente ato administrativo à ratificação/confirmação da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, na primeira reunião a ocorrer após a data da sua prolação, em ordem ao preceituado no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 117/GP/2026; ----------

----- b) Ratificar e confirmar o Despacho n.º 2/VP/ACS/2026, de 28 de julho de 2026, proferido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 35.º, n.º 3, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, o qual se anexa à Proposta n.º 117/GP/2026 e aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os devidos e legais efeitos; ----------

----- c) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação camarária. ----------

Atribuição dos Apoios previstos no Cartão Social do Munícipe - Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, apresentou o conteúdo integral da Proposta n.º 118/GP/2026, por si firmada em 4 de agosto de 2026, referente à atribuição dos apoios previstos no Cartão Social do Munícipe - integração na medida de Ocupação Temporária de Tempos Livres, com o teor que ora se transcreve: ----------

"Proposta n.º 118/GP/2026

Atribuição dos Apoios previstos no Cartão Social do Munícipe - Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres

Considerando que:

- *Que o Cartão Social se destina a apoiar a população sénior, bem como os/as portadores/as de deficiência ou reformados/as por invalidez e os agregados familiares em situação de carência socioeconómica;*
- *Que os/as titulares do Cartão Social do Munícipe podem ter benefícios através de uma bolsa de ocupação temporária de tempos livres;*
- *Que a ocupação temporária de tempos livres tem como objetivo a ocupação dos/as beneficiários/as do Cartão Social do Munícipe na realização de atividades de interesse municipal, mediante a contrapartida de uma bolsa;*
- *Que só poderão ter acesso a esta bolsa de ocupação temporária os/as possuidores/as do Cartão Social do Munícipe, desde que não sejam abrangidos/as por outros regimes ou medidas de apoio social e, apenas uma pessoa por agregado familiar;*
- *Que a medida de ocupação em atividades de interesse municipal tem uma duração mínima de um (1) mês e uma duração máxima de seis (6) meses;*
- *Que os/as beneficiários/as do Catião Social do Munícipe poderão ser integrados(as) em diversas áreas de atuação da competência do Município, tais como: Património e Cultura, designadamente, eventos organizados e/ou apoiados pelo Município; Desporto; Saúde; Ação Social; Ambiente e Proteção Civil; Apoio a Idosos/as e Crianças; Manutenção de equipamentos e espaços públicos e outras áreas de reconhecido interesse municipal;*
- *Que para o ano de 2026, foi determinado nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a fixação do valor de 600,00 €, como montante mensal, da bolsa de ocupação temporária de tempos livres, num máximo de 50 beneficiários/as, por ano;*

Termos em que propomos ao executivo municipal:

a) Integrar, nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 23.º, e do n.º 2, do art.º 24.º do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a seguinte munícipe, na medida Bolsa de Ocupação Temporária de Tempos Livres:

1. [redacted] - pelo período de seis (6) meses.

b) Que seja determinado ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão Financeira do Município de Reguengos de Monsaraz, a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da deliberação camarária que recair sob a presente proposta. "

----- Ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da sobredita Proposta n.º 118/GP/2026; ----------

----- b) Integrar, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 2 do artigo 24.º, ambos, do Regulamento de Atribuição do Cartão Social do Munícipe, a munícipe constante da Proposta n.º 118/GP/2026 na medida Ocupação Temporária de Tempos Livres, pelo período de 6 (seis) meses, para o Serviço de Educação; e, ----------

----- c) Determinar ao Serviço de Ação Social, à Divisão de Administração Geral e à Divisão de Gestão Financeira a adoção dos legais procedimentos e atos administrativos, materiais e financeiros inerentes à cabal e integral execução da presente deliberação. ----------

Plano Diretor Municipal

----- Antes de iniciar a apresentação dos processos da administração urbanística, a Senhora Presidente, Marta Prates, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, para dar conhecimento aos membros eleitos e à população de Reguengos de Monsaraz de que tinha sido realizada mais uma reunião no âmbito das pretensões relativas ao Plano Diretor Municipal. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, confirmou a realização da referida reunião, a qual ocorrera no final da semana anterior, considerando ter decorrido de forma muito positiva. Informou que o processo relativo às pretensões se encontrava praticamente concluído, aguardando-se, a breve prazo, a confirmação por parte da Comissão competente, com vista à realização da reunião definitiva. ----------

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento. ----------

Administração Urbanística

Licenciamento para obras de alterações no decorrer de obra - aprovação do projeto de Arquitetura – Processo Administrativo n.º 01/2024/49/0

----- Presente o processo administrativo com o n.º 01/2024/49/0 de que é titular [redacted], com localização na União das Freguesias de Campo e Campinho. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, deu conta da Informação Técnica n.º UOT/PP/38/2026, de 27 de julho de 2026, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos. ----------

----- Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita; ----------

----- b) Aprovar o projeto de alterações de arquitetura e efetivo licenciamento; e, ----------

----- c) Notificar o requerente da presente deliberação e informar que deverá requerer o averbamento das alterações no alvará de licença de obras de construção, nos prazos previstos no RJUE. ----------

Pedido de Informação Prévia para obras de edificação - Processo Administrativo n.º 03/2025/24/0

----- Presente o processo administrativo com o n.º 03/2025/24/0 de que é titular [redacted], com localização na União das Freguesias de Campo e Campinho. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Francisco Grilo, deu conta da Informação Técnica n.º UOT/CP/43/2026, de 13 de maio de 2026, que se encontra arquivada no respetivo processo administrativo e aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos e legais efeitos. ----------

----- Ponderado, apreciado e discutido o assunto, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade: ----------

----- a) Acolher o teor da Informação Técnica sobredita; ----------

----- b) Informação desfavorável ao pedido de informação prévia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do RJUE, sendo que, o requerente foi notificado, de acordo com o previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, por forma a se pronunciar em sede de audiência de interessados. O requerente não usou o seu direito, pelo que, desta forma estão reunidas as condições para indeferimento do presente processo; ----------

----- b) Notificar a requerente do teor da presente deliberação; e, ----------

----- c) Reencaminhar o presente processo para os Serviços de Fiscalização Municipal, uma vez que as obras foram executadas sem que o requerente tenha antecipadamente procedido aos atos administrativos de controlo prévio. --------

Período de Intervenção do Público

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, informou que nos termos do disposto no artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, fixava-se o período de intervenção aberto ao público. ----------

----- Não se verificou qualquer intervenção. ----------

Parabéns ao Afonso Sereto e ao Martim Sereto

----- O Senhor Vice-Presidente, Francisco Grilo, solicitou a palavra e, após autorização da Senhora Presidente, Marta Prates, referiu pretender deixar uma palavra de reconhecimento relativamente à área do desporto, na sequência da intervenção anteriormente proferida pela Senhora Vereadora Esmeralda Fama Lucena, referindo que tinha preparado uma nota sobre o assunto, a qual não tinha consigo naquele momento, mas salientou que os respetivos parabéns já haviam sido transmitidos. ----------

----- O Senhor Vice-Presidente destacou, em particular, a relevância do facto de o Concelho contar com um campeão mundial e um vice-campeão mundial, considerando tratar-se de uma conquista de grande importância, não sendo uma realidade comum aos diferentes concelhos. Nesse contexto, dirigiu os parabéns ao Afonso Sereto e ao Martim Sereto, pela conquista alcançada, bem como, ao Artur Sereto, seu treinador e pai, pelo acompanhamento e contributo prestado.

----- A Senhora Presidente, Marta Prates, associou-se aos votos de congratulação e felicitou igualmente os intervenientes pelas referidas conquistas. ----------

----- Concluídas as intervenções, a Senhora Presidente, Marta Prates, considerou estarem reunidas as condições para se proceder à leitura da ata em minuta, solicitando que a mesma fosse apresentada. ----------

Aprovação em Minuta

----- A presente ata ficou lavrada, lida e aprovada em minuta, por unanimidade, no final da reunião de harmonia com o preceituado no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime

Jurídico das Autarquias Locais. ----------

----- E nada mais havendo a apreciar, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Marta Sofia da Silva Chilrito Prates, deu por encerrada a reunião. Eram 12 horas e 50 minutos. ----------

----- E eu _____, na qualidade de Secretária desta Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz lavrei, li e subscrevi a presente ata. ----------